

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	25
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	26
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	38
4.5 - Processos sigilosos relevantes	39
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	40
4.7 - Outras contingências relevantes	41
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	43
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	44
5.3 - Descrição - Controles Internos	45

Índice

5.4 - Programa de Integridade	65
5.5 - Alterações significativas	68
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	69
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	70
6.3 - Breve histórico	71
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	73
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	74
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	75
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	77
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	78
7.3 - Produção/comercialização/mercados	79
7.4 - Principais clientes	80
7.5 - Efeitos da regulação estatal	81
7.6 - Receitas relevantes no exterior	82
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	83
7.8 - Políticas socioambientais	84
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	85
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	86
8.2 - Alterações na condução de negócios	87
8.3 - Contratos relevantes	88
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	89
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	90
9.1.a - Ativos imobilizados	91
9.1.b - Ativos Intangíveis	92
9.1.c - Participação em sociedades	93
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	94
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	95

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	107
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	114
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	115
10.5 - Políticas contábeis críticas	124
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	125
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	126
10.8 - Plano de Negócios	127
10.9 - Outros fatores com influência relevante	129
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	130
11.2 - Acompanhamento das projeções	131
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	132
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	136
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	137
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	138
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	139
12.7/8 - Composição dos comitês	144
12.9 - Relações familiares	145
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	146
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	147
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	148
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	149
13.2 - Remuneração total por órgão	150
13.3 - Remuneração variável	152
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	153
13.5 - Remuneração baseada em ações	154
13.6 - Opções em aberto	155
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	156
13.8 - Precificação das ações/opções	157

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	158
13.10 - Planos de previdência	159
13.11 - Remuneração máx, mín e média	160
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	161
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	162
13.14 - Remuneração - outras funções	163
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	164
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	165
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	166
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	167
14.3 - Política remuneração dos empregados	168
14.4 - Relações emissor / sindicatos	169
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	170
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	171
15.3 - Distribuição de capital	177
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	178
15.5 - Acordo de Acionistas	179
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	180
15.7 - Principais operações societárias	181
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	182
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	183
16.2 - Transações com partes relacionadas	184
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	189
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	190
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	191
17.2 - Aumentos do capital social	192
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	193
17.4 - Redução do capital social	194

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	195
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	197
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	198
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	199
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	200
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	201
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	202
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	203
18.8 - Títulos emitidos no exterior	204
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	205
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	206
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	207
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	208
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	209
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	210
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	211
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	212
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	213
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	214
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	215
21.3 - Responsáveis pela política	216
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	217

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Edésio Alves Nunes Filho

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Não aplicável, tendo em vista que o atual Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já apresentou sua declaração individual no item 1.3 da Seção 1, deste Formulário de Referência.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que o atual Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já apresentou sua declaração individual no item 1.3 da Seção 1, deste Formulário de Referência.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores



MULTINER S.A.

CNPJ/ME 08.935.054/0001-50 - NIRE 35300504127

Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

EM ATENDIMENTO AO ITEM 1.1 DO ANEXO C À RESOLUÇÃO CVM Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022

Eu, **EDÉSIO ALVES NUNES FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 262.662, expedida pela SSP/SE, inscrito no CPF/ME sob o nº 298.392.034-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.578-910, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **MULTINER S.A.** (“Companhia”), **DECLARO**, em atendimento ao disposto no item 1.3 do Anexo C à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80/22”) que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos; e
- d. assumi o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia em 15 de dezembro de 2022.

São Paulo, 21 de dezembro de 2022.

EDÉSIO ALVES NUNES FILHO

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2021
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviços profissionais relacionados à auditoria das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os serviços contratados junto aos auditores externos da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para a Companhia e suas controladas foram: R\$ 932.944,61.
Justificativa da substituição	Conforme resolução 23 de 25/02/2021 que obriga a rotatividade da empresa de auditoria independente a cada 5 (cinco) anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Marcos Donizete Panassol	01/02/2021	063.702.238-67	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Agua Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, Fax (11) 36742000, e-mail: marcos.panassol@pwc.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

A Companhia esclarece que não há transferências de recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).

Adicionalmente, a Companhia informa que houve substituição de serviços de auditoria conforme resolução 23 de 25/02/2021 que obriga a rotatividade da empresa de auditoria independente a cada 5 (cinco) anos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual**(Reais Unidade)****Exercício social (31/12/2021)****Exercício social (31/12/2020)****Exercício social (31/12/2019)**

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

<p>a. Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>
--	--	--	--

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a.i. Valores das retenções de lucros	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 30.879.852,76 (trinta milhões, oitocentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 105.248.715,40 (cento e cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e quinze reais e quarenta centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 39.483.111,02 (trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, cento e onze reais e dois centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	100%	100%	100%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

c. Periodicidade e das distribuições de dividendos	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a restrições de distribuição de dividendos.</p>		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	0,00	Outros índices	0,00000001	No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 o Passivo Circulante + Passivo não Circulante da Companhia somam R\$ 2.265.388 sendo que para cálculo do Índice de Endividamento, quando considerado o Patrimônio Líquido negativo de R\$ 412.531 o índice é de -5,491437. Devido a não aceitação do índice negativo a Companhia declara seu índice neste campo de justificativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		867.372.507,57	230.527.487,78	157.337.221,74	218.339.592,36	1.473.576.809,45
Total			867.372.507,57	230.527.487,78	157.337.221,74	218.339.592,36	1.473.576.809,45
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 – Outras informações relevantes

Contrato de Reorganização e Procedimento Arbitral

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com essa reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado.

Em 19 de dezembro de 2017, foi instaurada a arbitragem na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (“Tribunal”), conforme previsto no Contrato de Reorganização da Companhia em vigor, sob o número 520 (“Procedimento Arbitral CMA 520”) que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização tanto entre os acionistas quanto entre os intervenientes anuentes.

Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos covenants contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 01 de fevereiro de 2022, foi proferida sentença no referido procedimento arbitral. Em decorrência da complexidade das questões julgadas, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos. Dessa forma, a Companhia continua no aguardo de uma decisão definitiva sobre as questões a serem, eventualmente, elucidadas.

Covenants

A controlada direta New Energy Options Geração de Energia S.A. deve divulgar anualmente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2021, a New Energy Options Geração de Energia S.A estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Standstill Postalis e Prece

Tendo em vista que o prazo dos aditivos firmados com Prece e Postalis expiraram, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, em 02 de fevereiro de 2022 (Prece) e em 12 de março de 2022 (Postalis), prorrogaram o prazo de vigência, de comum acordo entre as partes, para 31 de julho de 2022 (Prece) e 12 de maio de 2022 (Postalis).

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a) **ao Emissor:**

A Companhia pode não ser capaz de alcançar todos os resultados contidos neste formulário de referência, e nem mesmo conseguir programar integralmente sua estratégia de negócios.

A implementação de projetos e estratégias de negócios e, conseqüentemente, o sucesso das operações da Companhia depende de diversos fatores tais como: (i) o crescimento do setor elétrico brasileiro; (ii) regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e demais órgãos do mercado de energia; (iii) capacidade de execução dos fornecedores da Companhia; (iv) contínuo investimento em infraestrutura para a manutenção e elevação da eficiência operacional da Companhia; e (v) manutenção de licenças governamentais. A Companhia não pode assegurar que será capaz de alcançar todos os resultados, como também se terá sucesso na implementação total ou em parte, de seus projetos e estratégias. Caso não tenha êxito, a Companhia pode ser negativamente afetada, o que poderá causar um impacto adverso em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Os instrumentos financeiros formalizados pela Companhia estipulam determinadas obrigações que, no caso de inadimplência, podem afetar adversamente a condição financeira e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Como parte de sua estratégia, para implementação e manutenção de seus projetos, a Companhia utilizou instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contêm obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para quitar integralmente os respectivos valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa a condição financeira e a capacidade de a Companhia operar seus negócios.

A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, e não pode garantir que as apólices de seguro por ela contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância, por parte de seus subcontratados, em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia, ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre os negócios e sobre a condição financeira da Companhia.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente as receitas e os resultados operacionais da Companhia, assim como seus planos de investimento em outras áreas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia não é proprietária das terras dos empreendimentos sob os quais estão instaladas suas centrais geradoras de energia elétrica eólica, e nesses casos, a Companhia firmou contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar os negócios da Companhia.

Em especial os parques eólicos da Companhia, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais a Companhia está sujeita a certos riscos.

Com relação aos riscos operacionais, a Companhia contrata empresas especializadas para manter as atividades de operação e manutenção em pleno funcionamento, pensando na longevidade das unidades geradoras.

A Companhia realiza periodicamente planos de manutenções preditivos e preventivos, com o objetivo de minimizar qualquer efeito negativo na geração de energia e na busca constante de eficiência operacional.

A Companhia entende que não apenas as manutenções preventivas nas unidades geradoras fazem parte da boa gestão de risco operacional, mas que também todos processos administrativos colaboram com os bons resultados, e por isto, está reinvestindo e renovando o sistema administrativo, para garantir a integração entre as áreas e melhorar fluidez das informações contábeis, financeiras e gerenciais.

No caso específico dos parques eólicos, a Companhia decidiu manter o fabricante original do equipamento como o seu prestador de serviço e O&M (contrato *full service*), para as torres e aerogeradores.

Processos Judiciais ou Administrativos poderão ter um considerável efeito negativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, e não pode assegurar que no curso normal dos seus negócios, não incorrerá, em outros processos, envolvendo, dentre outras questões: (i) tributárias, (ii) regulatórias, (iii) ambientais, (iv) cíveis e (v) trabalhistas. Adicionalmente, uma decisão desfavorável à Companhia envolvendo valores monetários significativos em um ou mais desses processos, poderá acarretar impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

Não aplicável, uma vez que os acionistas da Companhia não se apresentam como fonte de risco.

c) a seus acionistas:

Não aplicável, uma vez que os acionistas da Companhia não se apresentam como fonte de risco.

d) às suas controladas e coligadas:

A Companhia e suas subsidiárias podem ser responsabilizadas por dívidas trabalhistas das suas contratadas.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, ainda, serem autuadas e/ou obrigadas a efetuarem o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de a Companhia vir a ser

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

responsabilizada por estas demandas, poderá sofrer um efeito adverso em suas atividades.

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico (SPE) em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros de suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e seus parceiros. Caso um parceiro da sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da SPE em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

e) a seus fornecedores:

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados, e contrata serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção dos seus empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

A construção dos empreendimentos da Companhia, assim como sua operação e manutenção, efetuada através da contratação de fornecedores com reputação e idoneidade dentro do cenário empresarial brasileiro. O fornecimento dos equipamentos principais e auxiliares é feito por fornecedores de renome nacional e internacional. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente a outorgas das centrais de geração de energia elétrica, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso os fornecedores de produtos e/ ou serviços da Companhia sofram impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, poderá haver um impacto adverso nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

Apesar da Companhia contratar preferencialmente empresas de renome internacional, eventuais problemas conjunturais, administrativos ou financeiros ocorridos nas empresas contratadas pela Companhia, que afetem de forma definitiva a entrega destes produtos ou serviços, podem levar a um impacto no resultado dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

Caso os pagamentos devidos aos fornecedores de produtos e serviços sejam interrompidos, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento, por parte da Companhia, do calendário de pagamento estabelecido com as empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados pela Companhia, pode levar ao descumprimento dos cronogramas descritos nos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

contratos da Companhia, além de levar a um impacto importante no resultado dos empreendimentos pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos.

Faz parte das operações da Companhia, a compra regular de combustível para utilização em suas centrais termelétricas. Caso o fornecimento desse combustível não seja cumprido, ou venha a ser interrompido, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento dos contratos de fornecimento de combustível firmados entre a Companhia, suas controladas e seus respectivos fornecedores, que estejam correlacionadas diretamente com a operação de suas unidades, pode impactar de forma adversa e relevante o resultado dos empreendimentos da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de obter o combustível necessário para o funcionamento de suas centrais termelétricas a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter contratos de longo prazo que assegurem todo o combustível que necessita para o regular funcionamento de sua usina térmica. Caso não seja capaz de manter o combustível para o funcionamento de sua usina térmica na quantidade necessária, as atividades de sua usina térmica poderão ser paralisadas temporariamente, prejudicando os negócios e o cumprimento dos contratos celebrados pela Companhia.

Caso os prestadores de serviço contratados pela Companhia causem dano ambiental, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que, independe da culpa, alcança todos aqueles que direta e indiretamente estão relacionados com o dano. Diante disso, a Companhia pode ser responsabilizada, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um dos terceirizados por ela contratados, no exercício de atividades relacionadas aos seus empreendimentos e atividades como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final dos resíduos gerados. Caso a Companhia seja considerada responsável por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, as operações e os resultados da Companhia poderão ser relevante e negativamente impactados.

f) a seus clientes:

Os empreendimentos da Companhia têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) advindos das distribuidoras de energia elétrica e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, causando impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos contratos bilaterais por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica e da Eletrobrás, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa os faturamentos e resultados operacionais da Companhia.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue:

As operações da Companhia estão sujeitas à fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN).

Os empreendimentos de geração de energia elétrica, em especial os empreendimentos de geração de energia eólica, estão localizados em áreas com possível existência de itens de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

interesse arqueológico e histórico. Caso seja confirmado o interesse arqueológico dessas áreas, deveremos realizar o monitoramento e o resgate dos respectivos objetos, sob pena de sermos autuados pelo IPHAN, com o conseqüente embargo das atividades da Companhia.

Mudanças nos subsídios fiscais existentes ou futuros poderão ter efeito negativo relevante sobre os resultados da Companhia.

Certos benefícios fiscais e tributários (diferimento, isenção ou outros) que beneficiariam a Companhia podem não se efetivar, em especial em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte dos Estados nos quais os projetos da Companhia se localizam. No caso da concessão destes benefícios fiscais e tributários não se efetivar, as estimativas econômico-financeiras da Companhia também podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, fato que poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O crescimento da Companhia por meio de licitações poderá ser negativamente afetado por futuras ações governamentais ou políticas relacionadas a outorgas das centrais de geração de energia elétrica no Brasil.

Nos editais de licitação para outorga de concessões, o poder concedente impõe certas exigências a todos os participantes de licitações para novas concessões, incluindo requisitos mínimos como, dentre outros, indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de satisfazer todos os requisitos necessários para receber a outorga de novas concessões ou participar de novos processos licitatórios. As concessões de uso de recursos públicos, como da água utilizada pelas hidrelétricas para geração de energia, podem estar sujeitas a níveis variados de influência política, que a Companhia pode não ser capaz de suportar. As regras para a licitação de concessões de usinas de geração estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal quanto estadual. A Companhia não pode assegurar que os processos licitatórios relativos a novas usinas de geração de energia irão de fato ocorrer. Caso tais licitações não ocorram, ou venham a ser colocadas em termos que não sejam economicamente viáveis ou atrativos para a Companhia, a expansão e diversificação do atual parque gerador poderá sofrer alterações negativas, e conseqüentemente, impactar de forma adversa a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Consumidores de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL podem reduzir a demanda inicialmente contratada. A Companhia pode não conseguir vender toda sua capacidade de geração de energia em ambos os ambientes.

De acordo com sua estratégia de negócios, a Companhia venderá energia elétrica tanto no ACR, por meio de leilões públicos, quanto no ACL. Pela Lei nº 10.848/04 (Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico), as distribuidoras adquirentes de energia negociada no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de março de 2004.

No ACL, a venda de energia é contratada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, os consumidores livres têm flexibilidade para reduzir um volume de aproximadamente 10% da energia originalmente contratada.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores livres que venham a adquirir energia de suas usinas decidam reduzir o montante de energia contratada, os negócios e operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. Além disso, é impossível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios à Companhia, é impossível assegurar que a Companhia obterá sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procure explorar neste segmento. A eventual incapacidade de implementar esta estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue:

As atividades desenvolvidas pela Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

De acordo com a legislação em vigor, a ANEEL é responsável, dentre outras obrigações, pela regulamentação e fiscalização do setor elétrico. Assim, as autorizações e concessões obtidas pela Companhia no âmbito de suas operações estão sujeitas à regulamentação emanada do MME, da ANEEL e de outras entidades setoriais. Na hipótese de eventual descumprimento das obrigações impostas à Companhia, e decorrentes de tal regulamentação, a ANEEL poderá intervir nas operações da Companhia para assegurar a adequada exploração do parque gerador e o cumprimento das normas aplicáveis, e/ou impor, de acordo com a gravidade da infração, as seguintes penalidades à Companhia: (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargos ou restrições à construção de novas obras e equipamentos; (iv) suspensão temporária de participação em processos de licitação de novas concessões e autorizações; e/ou (v) caducidade da concessão ou autorização. A intervenção da ANEEL nas atividades ou a imposição de penalidades pela ANEEL à Companhia poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Alterações na legislação referente ao setor elétrico podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

Em 15.03.2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848), que promoveu profundas mudanças no setor, dentre as quais destaca-se: (i) as regras relativas à compra e a venda de energia elétrica realizada entre as sociedades geradoras, concessionárias, permissionárias e autorizadas atuantes no setor, (ii) as regras para a licitação de empreendimentos de geração, (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e novos órgãos setoriais; e (iv) alteração nas competências do MME e da ANEEL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, compete à ANEEL e ao MME regulamentarem o setor de energia elétrica no Brasil por meio de decretos, resoluções e outros atos normativos.

A alteração da regulamentação do setor elétrico no Brasil, seja pela introdução de novas leis, pelo julgamento das ações de inconstitucionalidade envolvendo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou pela edição ou alteração de normas pela ANEEL e/ou pelo MME, pode afetar as estratégias de negócio e o setor em que a Companhia atua, assim como causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia cumpre integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis, e possui todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitar a Companhia à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, como ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados em que a Companhia atua poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de suas atividades, bem como na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões em que a Companhia atua, levando-a a incorrer em custos significativos para o atendimento de tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre a mesma.

As operações e instalações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, cuja inobservância poderá sujeita-la a sanções relevantes.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo exigências de licenciamento ambiental para instalação e operação de suas centrais, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas.

A inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades da Companhia, e na hipótese de disposição irregular de resíduos que causem poluição ou danos à saúde humana, podem implicar a imposição de sanções penais, previstas na Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Companhia.

Todas essas sanções e exigências podem ocasionar a perda de incentivos fiscais e a suspensão parcial ou total das atividades da Companhia, além de ter impacto negativo em suas receitas e resultados operacionais, ou ainda afetar adversamente a implantação e operação dos seus empreendimentos.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Este risco não se aplica, pois, a atuação da Companhia é restrita ao território brasileiro.

j) a questões socioambientais

A empresa se preocupa com as questões ambientais, buscando sempre atender às normas ambientais vigentes.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia monitora constantemente os riscos dos seus negócios, e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

No mesmo sentido, a Companhia não tem expectativa de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 Fatos e circunstâncias, Admissibilidade dos pedidos e intervenções sigilosas e relevantes

a. Cíveis:

Processo nº 0022426-69.2013.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06.05.2013
d. Partes no Processo	Autores: Termelétrica Termopower V S.A., Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valor definido.
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de anular os efeitos dos Resoluções Autorizativas ANEEL nº 3672/2012 e nº 3673/2012 e do Despacho nº 2863/2012, que determinaram a revogação das outorgas dos empreendimentos denominados UTE Termopower V e UTE Termopower VI, com pedido liminar para manter vigentes os CCEAR's. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Apresentada Contestação em 26/07/2013 e Réplica em 04/09/2013. Provas especificadas em 21.02.2014 e 07.05.2014. Feito foi julgado improcedente, tendo sido interposto recurso de apelação endereçado ao TRF1.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Revogação das outorgas de Termopower V e Termopower VI.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	A ser apurado.

4.3 Procedimentos Administrativos sigilados e relevantes sigilosos e relevantes

Processo nº 0061003-53.2012.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	17.12.2012
d. Partes no Processo	Autores: Termelétrica Pernambuco IV S.A.; Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.938.360,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução do seguro- garantia apresentado pela autora, consubstanciados nos Ofícios nºs 357/2012 e 609/2012 e quaisquer outros proferidos prévia ou posteriormente. Em 25/01/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. Contestação apresentada em 08/03/2013. Em 10/06/2013 o Juiz manteve a decisão deferindo a medida cautelar em caráter incidental. Após publicação de decisão a Secretaria fez carga dos autos. Em novembro de 2019 foi exarada sentença julgando improcedente ação. Foi interposto Recurso de Apelação o qual aguarda distribuição junto ao Tribunal competente.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 32.938.360,00

4.3. Fatos e circunstâncias administrativas sigilosas e relevantes

Processo nº 0053628-98.2012.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06.11.2012
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Monte Pascoal S.A.; Termelétrica Itapebi S.A. e Multiner S.A. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.431.000,00 (valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de ação ordinária com pedido Cautelar objetivando suspender as decisões administrativas da ANEEL que determinaram: (i) a execução dos seguro-garantias dos empreendimentos Monte Pascoal e Itapebi; (ii) a abertura de processo administrativo de declaração de inidoneidade em desfavor de Itapebi, Monte Pascoal e Multiner. Em 12/11/2012 foi concedida tutela antecipada às autoras para suspender ambos processos administrativos. A Ré apresentou contestação no prazo legal. Em 27/09/2013 Autoras apresentaram Réplica. Em 09.06.2014, os autos foram enviados à conclusão para sentença e em 09.08.2016, foi proferida sentença procedente. em 19.08.2016, a ANEEL apresentou Apelação e os autos aguardam remessa ao Tribunal Regional Federal para análise e julgamento. Processo distribuído para 6ª Turma, ainda sem data de julgamento designada.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 40.733.500,00

4.3 Procedimentos, Admissões sigilosas e intervenções sigilosas e relevantes

Processo nº 0214006-06.2012.8.19.0001	
a. Juízo	15ª Vara Cível Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	04.06.2012
d. Partes no Processo	Autor: EMPA S.A. Serviços de Engenharia

4.3 Procedimentos Administrativos Sigilados e relevantes

	Réu: Multiner S.A., Termelétrica Itapebi S.A. e Monte Pascoal S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.489.746,46
f. Principais fatos	Trata-se, em suma, de ação de cobrança por meio da qual a empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia anseia revestir de executoriedade as parcelas não pagas oriundas do Contrato de Prestação de Serviços das Obras Cíveis referentes à Usina Termelétrica celebrado entre as partes, no valor histórico de R\$ 1.489.746,46. Narra, para tanto, que prestou devidamente seus serviços, sem, contudo, auferir a devida contraprestação. Assim sendo, ante ao inadimplemento da obrigação, ajuizou a presente demanda, com vistas ao recebimento da quantia que entende ser devida. Foram apresentadas contestações pelas Rés. Em 05.07.2013, as partes foram intimadas a manifestarem-se em provas. Processo julgado parcialmente procedente, condenando a Multiner a pagar a EMPA os valores descritos na sentença. Autos em fase recursal, aguardando julgamento de recurso de apelação.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor cobrado
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 1.489.746,46

4.3 Procedimentos Administrativos sigilosos e relevantes

Processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001	
a. Juízo	Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	11/07/2017
d. Partes no Processo	Autor: Fundiágua Réu: Multiner S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.108.407,16
f. Principais fatos	Fundiágua propôs ação de execução em face da Multiner referente a CCB's que entende terem vencido e que não foram repactuadas. Foi apresentada exceção de pré-executividade tendo sido declinada competência da Vara, para que fosse remetida a uma vara Cível. Foram apresentados
	embargos declaratórios, estando o feito aguardando julgamento. A discussão ainda faz parte de procedimento arbitral. Em sede de agravo de instrumento, foi deferida liminar para suspensão do feito, ante a existência de discussão em sede de arbitragem sobre a questão.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Ter que efetuar o pagamento das CCB's
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 15.108.407,16

4.3 Processo nº 0103467-36.2013.8.19.0001, Admissibilidade dos atos processuais sigilosos e relevantes

Processo nº 0103467-36.2013.8.19.0001	
a. Juízo	12ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	27.03.2013
d. Partes no Processo	Autor: Multiner S.A.
	Réu: Mundo Limpo S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.005.140,06
f. Principais fatos	MULTINER S/A moveu ação de cobrança em face de MUNDO LIMPO S/A, objetivando a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.005.140,06 (um milhão cinco mil cento e quarenta reais e seis centavos) referente a contrato de mútuo celebrado entre as partes que não foi adimplido pela Ré. Pedido julgado PROCEDENTE em 27.11.2014 e transitado em julgado em 13.05.2015. Atualmente o processo está em fase de execução do valor da condenação, buscando-se a localização de bens e quebra da personalidade jurídica.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor cobrado.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	Não há perda. Processo movido pela Multiner. Deixaria de receber a quantia de R\$ 2.029.065,50

Processo nº 02871-45.2012.8.20.0100	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Assu - RN
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	18.12.2012
d. Partes no Processo	Autor: Colassú Empreendimentos Imobiliários Ltda.
	Réu: New Energy Options Geração de Energia S.A.

4.3 Processo nº 0004421-05.2016.8.07.0001, Administração sigilosa e intervenção sigilosa e relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.200.000,00
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais proposta pela Colassu em face da New Energy, objetivando receber indenização em decorrência de sustentar ter idealizado um empreendimento exatamente onde foi instalada parte da linha de transmissão da New Energy, sustentando que comprou o terreno do proprietário que fez o arrendamento da área em favor da New Energy. Processo encontra-se em fase de conclusão da instrução processual tendo sido realizada perícia no local. Ainda sem decisão.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, teremos de desembolsar a quantia que for fixada pelo juízo para pagamento de indenização.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.033.984,83. Valor dos pedidos da inicial, devidamente atualizados.

Processo nº 0004421-05.2016.8.07.0001	
a. Juízo	3ª Vara das execuções de Títulos extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de Instauração	19.02.2016
d. Partes no Processo	Autor: Postalis
	Réu: Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 129.000.000,00

4.3 Procedimentos, Admissões sigilosas e relevantes

f. Principais fatos	Ação de execução de Cédulas de Crédito Bancário onde figura como credora a exequente Postalis em face da Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner. Decisão de primeiro grau julgou extinta a execução por entender que essa foi proposta com cópias das CCB'S. Foi interposto Recurso de apelação pela exequente tendo o Tribunal reformado a decisão e entendido pela regularidade na execução dos títulos através de cópias. Foi interposto Recurso Especial por parte dos executados, os quais foram admitidos. Em paralelo Postalis propôs execução provisória do julgado, em tramite na mesma vara, sob o nº 0719834-80.2017.8.07.0001. Todos os feitos estão suspensos desde dezembro de 2018, em decorrência de stand still assinado entre as partes, visando chegar a um acordo.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Ter que efetuar o pagamento das CCB's
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 155.000.000,00

Processo nº 0800070-36.2018.8.20.5105	
a. Juízo	2ª Vara da Comarca de Macau – RN
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	17.10.2018
d. Partes no Processo	Autor: STK Sistemas do Brasil Ltda.
	Réu: New Energy Options Geração de Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 463.573,14

4.3. Faixa de risco, principais fatos, administração sigilosa e ações sigilosas e relevantes

f. Principais fatos	Trata-se de ação de cobrança proposta por STK Sistemas do Brasil S.A. em face da NEO, sob o argumento de que firmou contrato de venda de equipamentos, não tendo recebido o valor devido quando da entrega. Pleiteou inicialmente o ressarcimento do valor de R\$ 463.573,14 devidamente atualizado desde a data que deveria ter sido pago período esse desde abril de 2015.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso do valor devido, devidamente atualizado.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 463.573,14.

Processo nº 0060400-77.2012.4.01.3400	
a. Juízo	7ª Vara Federal Cível do JFDF – Distrito Federal
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	02.12.2012
d. Partes no Processo	Autor: New Energy Options Geração de Energia S.A.. Réu: Agência Nacional de Energia Elétrica
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.000.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de ação ordinária proposta pela NEO em face da Aneel visando a manutenção do parque alegria II no Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

4.3 Procedimentos, Admissões sigilosas e intervenções sigilosas e relevantes

g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Rescisão do contrato com a Eletrobrás - PROINFA.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	Inestimável no momento, mas seria o valor equivalente entre o preço de PLD da energia gerada e o preço da energia paga no Proinfa

Processo n° 1055977-19.2021.8.26.0100	
a. Juízo	25ª Vara Cível Foro Central São Paulo – SP
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	31.05.2021
d. Partes no Processo	Autor: Tokio Marine Seguradora S.A.
	Réu: Rio Amazonas Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.081.229,91
f. Principais fatos	Trata-se de ação ordinária proposta pela Tokio em face da RAESA, buscando a devolução dos valores pagos a título de sinistro do motor da RAESA que teve a quebra em 2017. Ação Foi julgada improcedente em primeira instancia, aguardando para julgamento do recurso de apelação da Tokio junto a 22ª câmara de Direito Privado do TJSP.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Devolução do valor recebido a título de seguro decorrente de sinistro do motor.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 15.081.229,91

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado pela Companhia, incluindo suas controladas, com relação a alguns processos descritos no item 4.3 deste formulário de referência perfazia o total de R\$ 4.643.067,12 (Quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, sessenta e sete reais e doze centavos), distribuído da seguinte forma:

- (i) Processos Cíveis: A Cia. Possui 5 processos cíveis perfazendo uma provisão total de R\$ 4.630.087,54 (Quatro milhões, seiscentos e trinta mil, oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos);
- (ii) Processos Tributários: Não há provisões;
- (iii) Processos Trabalhistas: A Cia. é demandada em 1 Reclamação Trabalhista perfazendo uma provisão total de R\$ 12.979,58 (doze mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos); e
- (iv) Processos Administrativos: A Cia. Possui 3 processos administrativos dos quais foram provisionados a quantia de R\$ 969.214,72 (novecentos e sessenta e nove mil, duzentos e quatorze reais e setenta e dois centavos).
- (v) Processo Arbitral: A Cia. possuía em 31.12.2021 processo arbitral que tramitou junto a Câmara FGV e provisionou o valor de R\$ 29.257.750,47 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia possui processo arbitral, que tramitou perante a a Câmara FGV, o qual possui uma provisão em 31.12.2021 no valor de R\$ 29.960.638,45 (vinte e nove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Na data deste formulário de referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes nos quais a Companhia seja ré.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

A Companhia tem provisionado a quantia de 4.643.067,12 (Quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, sessenta e sete reais e doze centavos), decorrentes de processos cíveis, trabalhistas e administrativos.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes que não estejam abrangidas pelos itens anteriores

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Item não aplicável, pois a Companhia é emissor nacional, tem sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

b. as estruturas organizacionais envolvidas:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

As letras “d” e “e” estão respondidas abaixo. O Relatório de Recomendações e Comentários à Administração referente ao exercício findo de 2021 foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 31 de março de 2022 sobre os seguintes temas:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Deficiências Significativas (DS)**

Classificação		Nº / Área	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2021	2020						
DS	N/A	1 - Empréstimos e financiamentos	Observamos que os controles sobre o cálculo e registro das atualizações monetárias dos contratos de empréstimos e financiamentos da Multiner S.A. e suas controladas se demonstraram inefetivos. Em decorrência, as despesas de variações monetárias foram incorretamente reconhecidas nas demonstrações financeiras apenas nas datas base dos contratos e não ao longo do exercício, como requer a norma contábil. Os devidos ajustes foram efetuados após nossas observações.	Mensuração e apresentação incorreta de empréstimos e financiamentos.	Recomendamos que o reconhecimento das correções monetárias, pelo índice contratual, seja feito em bases mensais, em regime de competência.	Adequar o procedimento contábil as determinações para registros e mensuração de passivos financeiros, tal como consta no CPC 48 e no CPC 00.	A Companhia, entendeu a necessidade de correção dos critérios utilizados e alterou a metodologia de reconhecimento de atualização dos empréstimos e financiamentos para o regime de competência, bem como corrigiu seus controles para adequar aos procedimentos determinados conforme o CPC 48. Adicionalmente, a Companhia através da área financeira irá acompanhar este

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

							processo para que atenda às premissas estabelecidas nos contratos.
DS	N/A	2 - Arrendamento financeiro	A Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia mantido entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), parte arrendadora, e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., parte arrendatária, contém um arrendamento financeiro. Entretanto, a receita decorrente do arrendamento financeiro não foi apresentada na demonstração do resultado como receita financeira, como requerido pelo CPC 06 item 75, tendo sido apresentada como receita de venda de energia. Adicionalmente, não foi identificado suporte para a taxa de retorno originalmente utilizada para mensuração do arrendamento a receber. Os	Mensuração e apresentação incorreta do arrendamento financeiro a receber e respectiva receita.	A Companhia deve implementar controles que permitam a correta determinação da taxa de retorno dos arrendamentos financeiros e a correta apresentação da respectiva receita financeira na demonstração do resultado conforme requerido pelo CPC 06.	Adequar o procedimento contábil as determinações para registros e mensuração de arrendamento financeiro tal como consta no CPC 06.	A Companhia adequou seus registros contábeis para melhor apresentação e acompanhamento de seus contratos de arrendamento financeiro da controlada RAESA conforme determina o CPC 06 item 75. Adicionalmente, a Companhia irá acompanhar este processo para que atenda às premissas estabelecidas nos CPCs vigentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			devidos ajustes foram efetuados após nossas observações.				
DS	N/A	3 - Elaboração e revisão das demonstrações financeiras	Durante a execução de nossos trabalhos observamos determinadas deficiências no desenho, implementação e operação dos controles sobre os processos de registro e elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais denotam a necessidade de: i) treinamento da equipe financeira nos aspectos contábeis relevantes para as operações da Companhia; ii) implementação de processo formal de revisão das demonstrações financeiras por profissionais mais experientes.	Preparação e/ou divulgação de informações incorretas nas demonstrações financeiras.	Recomendamos que a Companhia implemente um programa formal de treinamento técnico do pessoal da área financeira/contábil; e ii) implemente um processo formal de revisão das demonstrações financeiras.	A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou	No final do exercício de 2021 a Companhia passou por mudanças/redução significativas na equipe financeira/contábil, ocasionando adaptações e remanejamentos de atividades entre os integrantes da equipe. As atividades serão reorganizadas, bem como buscaremos o reforço da equipe contábil para 2022, assim como, atualizá-los, com o objetivo de evitar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

						<p>como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p>	<p>retrabalhos e melhorar ainda mais a qualidade nas entregas.</p> <p>De qualquer forma a equipe vem trabalhando para melhorar os papéis de trabalho relacionados a elaboração das demonstrações financeiras para mitigar eventuais erros e melhorar o processo de revisão.</p>
--	--	--	--	--	--	---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2 Outras Deficiências (OD)

Classificação		Nº / Área	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2021	2020						
OD	N/A	4 – Políticas e procedimentos	Observamos que a Multiner S.A. não possui políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades nas atividades de alteração de dados, programas, parâmetros e configurações em todas as camadas de acesso ao ambiente de tecnologia: banco de dados, sistema operacional, rede e sistemas aplicativos.	Ausência de uma procedimento formal pode acarretar em concessão de acesso indevido e/ou conflitante com outras permissões do usuário.	Recomendamos elaborar políticas e procedimentos formais definidos, incluindo a definição de papéis e responsabilidades nas atividades de alteração de dados, programas, parâmetros e configurações em todas as camadas de acesso ao ambiente de tecnologia: banco de dados, sistema operacional, rede e sistemas aplicativos. Adicionalmente recomendamos a divulgação de tais políticas e procedimentos para toda a Companhia e implementar um processo contínuo para assegurar que são seguidos.	Aprimoramento da qualidade do ambiente de controles internos da Companhia, seguindo as melhores práticas para Companhias regulamentadas e de grande porte.	A área de Tecnologia da Informação criou as seguintes políticas em 2022 que ajudam a mitigar os impactos apontados: POL.TIC.001_- _Política_de_Segurança_da_Informação; POL.TIC.002_- _Política_de_Segurança_da_Rede_Corporativa; POL.TIC.003_- _Política_de_Acesso_a_Internet; POL.TIC.004_- _Política_de_Uso_de_Equipamentos; POL.TIC.005_- _Política_de_Controle_de_Acesso_Lógico; POL.TIC.006_- _Política_de_Uso_de_Software

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

OD	N/A	5 - Políticas e procedimentos	<p>A Multiner S.A. não possui um processo formal de solicitação, execução e autorização para toda e qualquer alteração de dados antes de serem transportadas ao ambiente de produção. Alteração de dados, programas, parâmetros e configurações sobre as camadas do ambiente de tecnologia: banco de dados, sistema operacional, rede e sistemas aplicativos, não são obrigatoriamente submetidos a um processo.</p> <p>Não há processo para os pedidos de alteração serem autorizados pelos proprietários ou responsáveis do processo antes que as atividades de mudança sejam iniciadas.</p> <p>As solicitações de alteração não são registradas e</p>	Alterações em ambiente produtivo indevidas ou inadequadas.	Recomendamos elaborar um processo formal para solicitação, execução e autorização para toda e qualquer alteração de dados antes de serem transportadas ao ambiente de produção.	Aprimoramento da qualidade do ambiente de controles internos da Companhia, seguindo as melhores práticas para Companhias regulamentadas e de grande porte.	<p>Não implementada até o momento, pois não existe volumetria de atualizações de ambiente que impactem o negócio.</p> <p>Não possuímos também desenvolvimento de aplicações internas, somente aplicações de mercado.</p> <p>Atualmente realizamos os testes em ambiente de homologação, por historicamente não causarem problemas nas operações do dia a dia e por representarem um volume muito pequeno que justifique qualquer implementação de outro procedimento até o momento.</p> <p>Adicionalmente, estamos acompanhando este assunto com frequência,</p>
----	-----	-------------------------------	--	--	---	--	--

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			documentadas, seja por ferramenta de ticket, e-mail ou fichas.				com o objetivo de analisar uma eventual necessidade de mudança deste processo.
--	--	--	--	--	--	--	--

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

OD	N/A	6 - TI	<p>A Companhia não possui profissionais com dedicação e foco nos assuntos de cibersegurança. Adicionalmente constatamos que o acesso ao ambiente de banco de dados, sistema operacional, sistemas aplicativos e rede não é protegido com política de senha apropriada e outros parâmetros que controlam os mecanismos de identificação e autenticação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acessos indevidos; - Dificuldade em rastreamento de mudanças indevidas no sistema; - Impacto na acuracidade, totalidade e validade das informações; e - Modificações não autorizadas nas informações. 	<p>Recomendamos elaborar um processo formal para solicitação, execução e autorização para toda e qualquer alteração de dados antes de serem transportadas ao ambiente de produção.</p>	<p>Aprimoramento da qualidade do ambiente de controles internos da Companhia, seguindo as melhores práticas para Companhias regulamentadas e de grande porte.</p>	<p>A Companhia atua na área de cibersegurança, através da equipe interna, além de possuir contrato de suporte terceirizado para gestão do nosso ambiente de firewall e segurança.</p> <p>Desde 09/03/22 temos as políticas de TI que suportam/orientam o controle de acesso aos dados da empresa, bem como VPN para controlar os acessos em ambientes externos.</p>
----	-----	--------	--	--	--	---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

OD	N/A	7 - Políticas e procedimentos	Observamos que a Multiner S.A. contratou os serviços profissionais do escritório José Roberto Sampaio Sociedade de Advogados sem a devida avaliação de antecedentes conforme requeridos pelas boas práticas de governança corporativa e anticorrupção.	Exposição e impacto na reputação da Companhia.	Recomendamos melhoria no processo de aceitação de prestadores jurídicos no qual são contratados pela Companhia.	Redução de riscos e prevenção de fraudes nas contratações de prestadores de serviços.	<p>Quando da contratação, não existiam indícios que pudessem macular a atuação de referido escritório.</p> <p>Eventuais investigações ao qual referido prestador foi envolvido, vieram à tona, após a realização da contratação.</p> <p>Logo, todos os atos necessários para uma contratação regular foram verificados. Não há como prever que um prestador possa eventualmente ser ou não envolvido em algo que no momento da contratação não tinha como ser diagnosticadas.</p> <p>Adicionalmente, a companhia implementou rotinas de contratação (PDD – Pedido de Deliberação da</p>
----	-----	-------------------------------	--	--	---	---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

							Diretória), além de uma auditoria da área de Compliance, onde todos os fornecedores passam por análise no momento da contratação.
--	--	--	--	--	--	--	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

OD	N/A	8 - Contingências	Aprimoramento no controle das provisões de demandas judiciais em que a Companhia e suas controladas são partes passivas e/ou ativas.	Mensuração e apresentação incorreta de depósitos e demandas judiciais.	Recomendamos que a Companhia aprimore os controles atrelados às demandas judiciais, realizando regularmente o alinhamento dos valores e prognósticos de risco de perda junto aos seus consultores jurídicos.	Trata-se de um procedimento contábil em linha com as determinações para estrutura conceitual informada no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Oportuno ressaltarmos que temos controles trimestrais de contato com os escritórios, visando sempre mitigar divergências entre os controles internos e terceirizados. De todo modo, estamos intensificando nossos controles internos e contato com os escritórios, para que não tenhamos mais divergências futuras.
----	-----	-------------------	--	--	--	--	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**3 Observações relacionadas às Atividades Operacionais e/ou de Negócio (AO/N)**

Classificação		Nº / Área	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da recomendação	Comentário e plano de ação da administração
2021	2020						
AO/N	N/A	9 - TAX	<p>ECF - Demonstrativo de Saldo Negativo</p> <p>Observamos que o valor do saldo negativo de 2020 gerado pelo saldo remanescente de retenções não foi declarado no registro N630, apenas foi informado como retenção no Y570.</p> <p>Sabemos que a Sociedade possui esse saldo pois realizou um pedido de ressarcimento/compensação para o período, porém recomendamos que esse valor seja declarado corretamente na ECF, deste modo sugerimos que a Multiner realize a retificação da obrigação acessória evitando possíveis questionamentos das autoridades</p>	Ponto informativo.	Recomendamos que a Multiner retifique a obrigação acessória para correta demonstração dos saldos de IRPJ a recuperar.	Evitar questionamentos e eventuais autuações por parte das autoridades fiscais.	Com relação a ECF da Multiner, embora está informação não seja impeditivo para envio da PERDCOMP, estaremos retificando o registro N630 em 2022.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

			fiscais e multas por informação incorreta em obrigação acessória.				
AO/ N	N/A	10 - TAX	<p>Controle Parte B - M500 da ECF</p> <p>Em nossa análise identificamos que os valores declarados no registro M500 da ECF anual-calendário 2020 não estão consistentes com o saldo contábil do ajuste "122047001001 – Ajuste valor a recuperar terrenos para investimento", conforme balanço de dezembro/20.</p>	Ponto informativo.	Recomendamos que a Multiner retifique a obrigação acessória de maneira a demonstrar corretamente os saldos de ajustes temporários.	Evitar questionamentos e eventuais autuações por parte das autoridades fiscais.	Com relação a ECF da Multiner, embora esta informação não seja impeditivo para envio da obrigação acessória, estaremos realizado a retificação do registro M500 em 2022, conforme os ajustes da apuração.
AO/ N	N/A	11 - TAX	<p>Adiantamento para futuro aumento de capital</p> <p>A Multiner possui valores contabilizados sobre adiantamento para futuro aumento de capital de períodos anteriores a 2021 que não foram integralizados no capital social ou serão apenas em 2022.</p> <p>Essa prática deve ocorrer em até 1 ano após o recebimento do adiantamento, caso não, esse valor pode ser caracterizado como mútuo e irá incidir tributação de</p>	Ponto informativo.	Recomendamos que a empresa avalie as situações de AFAC e procedam ao efetivo aumento de capital dentro do prazo de 1 ano.	Evitar questionamentos e eventuais autuações por parte das autoridades fiscais.	<p>A Companhia segue os ritos de governança para as questões dos AFACs, bem como as regras estabelecidas em lei, onde busca, realizar a integralização ao capital social até a primeira Assembleia Geral Extraordinária (AGE).</p> <p>Para os casos que não são realizados desta forma, existem justificativas societárias</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

		<p>IOF e retenção de Imposto de Renda. Importante notar que há recente jurisprudência afastando essa pretensão por parte do fisco.</p> <p>Sendo assim, recomendamos que a Sociedade realize a integralização dos valores para que não haja possíveis tributações que deverão ser recolhidas ou realize uma contingência sobre esses tributos.</p>				<p>que impedem tais formalizações que estão sendo discutidas no âmbito dos acionistas.</p> <p>Diante disto, a Companhia vem atuando para regularizar todos os AFACs pendentes com objetivo de evitar penalidades futuras.</p> <p>A prática de integralização até 1 ano não é uma lei.</p> <p>A Companhia efetuou a integralização de Capital dos valores contabilizados em AFAC no decorrer do exercício de 2021 em maio/2022.</p> <p>Referente aos valores de adiantamentos para futuro aumento de capital anteriores a 2021 referem-se a controlada CEU, que estava o</p>
--	--	---	--	--	--	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

							projeto paralisado devido a licenças, tal assunto foi equalizado em 2021 e os valores de AFACs, estão em discussões pela área de governança da Companhia com os demais acionistas.
--	--	--	--	--	--	--	--

* * *

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia possui uma “Política de Anticorrupção e Antissuborno”, elaborada pela área de Compliance e aprovada em 01 de agosto de 2018 pela Diretoria Executiva. Essa política foi desenvolvida com base na Lei 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”) e no Decreto 8.420/2015. Foi desenvolvida também uma “Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade”, aprovada pela Diretoria Executiva, abordando temas específicos dessa prática. Esses documentos foram criados de acordo com avaliação de riscos de conformidade estabelecidos de acordo com as características de negócio e a Companhia estabeleceu que as reavaliações de documentos devem ocorrer anualmente.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

A Companhia possui uma área de Compliance liderada por um profissional com formação e expertise em Compliance, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria. A área é composta por 2 profissionais e foi criada pela Diretoria Executiva em 2017. A área de Compliance reporta-se diretamente ao CEO da Companhia e possui acesso ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética é aplicável a todas as partes relacionadas da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

De acordo com as características da Companhia, entendemos que um treinamento anual abrange as necessidades de atualização sobre o Código de Ética.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Código de Ética menciona a aplicação de medidas disciplinares, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em hipótese de violação ao Código de Ética.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

O Código de Ética foi aprovado pela Diretoria Executiva em 25/10/2017 e revisado em 2021 com seu conteúdo atualizado. O documento, em formato lúdico, pode ser consultado no site da Companhia conforme endereço abaixo:

www.multiner.com.br/compliance

- b. **se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncia independente, gerido por uma empresa terceirizada denominada "Ouvidor Digital", contratada pela Companhia, responsável pelo recebimento de toda e qualquer denúncia.

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal está aberto para recebimento de denúncias de empregados, fornecedores e demais partes interessadas. Nos treinamentos efetuados sobre o canal de denúncias, tanto empregados quanto representantes das empresas terceirizadas participaram.

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

A plataforma gerida pela Ouvidor Digital é inviolável conforme certificação de segurança da informação obtida pelo referido fornecedor. O Código de Ética da Companhia menciona especificamente no tópico sobre Canal de Denúncias que "a Companhia proíbe expressamente qualquer retaliação contra o denunciante de boa-fé e que os relatos são tratados com total confidencialidade".

Órgão do Emissor Responsável pela Apuração de Denúncias:

O Comitê de Ética da Multiner, formado por 3 profissionais que representam as áreas de Compliance, Gestão de Pessoas e Jurídico, é responsável pela apuração das denúncias. Os membros do Comitê de Ética adotam as seguintes medidas: análise, verificação e resposta aos denunciante nos termos da Política do Comitê de Ética.

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia adotará procedimentos padrões de mercado no caso de participar deste tipo de operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

O emissor possui uma “*Política Anticorrupção e Antissuborno*”, conforme informado na alínea “a” acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Desde o ano de 2017, a Companhia tem implantado processos formais de *compliance*, em todas as unidades operacionais que compõem a Multiner S.A, inclusive com a constituição de uma área responsável por essa prática liderada por um profissional especializado em *compliance*.

Dentre das principais atividades sob responsabilidade da área de *Compliance*, destacam-se:

- Avaliação de riscos de *compliance*;
- Elaboração e gestão do Código de Ética;
- Atendimento aos relatos recebidos através do Canal de Denúncias;
- Realização de *due diligences* para *onboarding* de novos fornecedores;
- Elaboração de Políticas e Procedimentos da área de *compliance*;
- Treinamentos para todos os colaboradores e representantes de terceiros referentes ao Código de Ética e Canal de Denúncias;
- Disseminação de cultura de trabalho ética e com respeito à integridade;
- Realização de auditorias internas de processos;
- Gestão de documentos da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	21/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Em 10/07/2008, recebeu da CVM registro de companhia aberta, sendo desde então uma sociedade por ações de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/07/2008

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de maio de 2007, sob a forma de uma holding de instituição não financeira, e obteve seu registro de companhia aberta concedido pela Comissão de Valores mobiliários (“CVM”) em 10 de julho de 2008, sob código CVM 2152-0. Posteriormente, com a aprovação da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”), a Companhia passou a deter o registro na CVM de emissor categoria B, com autorização para negociação de valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados de valores mobiliários, excetuados os previstos no art. 22, §2º da ICVM 480.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,6 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 3 (três) usinas, sendo uma operada pela Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), e duas operadas pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”).

A RAESA, responsável pela operação da usina termelétrica Cristiano Rocha (“UTE Cristiano Rocha”), é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus/AM, com extensão territorial de 37,1 hectares e que possui a atividade específica de geração de energia elétrica, para posterior venda à Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. A RAESA possui capacidade instalada de 91,75 MW e tem contrato até 2025 para o fornecimento de 65 MW ininterruptos de energia elétrica para a cidade de Manaus/AM.

Em operação desde novembro de 2006, a usina é composta atualmente por cinco motores Wärtsilä W18V50SG novos, com capacidade unitária de 18,35 MW. A partir de setembro de 2021, com a conclusão do processo de conversão dos motores para operação somente utilizando o combustível gás natural, a usina deixa de utilizar óleo combustível pesado como combustível secundário.

Em julho de 2013, a UTE Cristiano Rocha interligou-se ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) através da linha de transmissão Tucuruí - Macapá - Manaus. Conhecida como “linhão”, esta permite a integração dos estados do Amazonas, Amapá e do oeste do Pará. Destaca-se que o sistema Manaus é o maior entre os sistemas isolados brasileiro, representando cerca de 50% do total do mercado de energia elétrica desses sistemas.

A excelência no desempenho das atividades da UTE Cristiano Rocha levou a empresa finlandesa Wärtsilä - fabricantes dos motores utilizados na usina - a agraciá-la com o prêmio “Melhor Planta 2007”, num reconhecimento dentre todas as plantas que fazem uso de seus equipamentos em todo o mundo.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A NEO, responsável pela operação do Parque Eólico Alegria, constituído pelas Usinas de Energia Eólicas (UEEs”) Alegria I e II, é uma empresa brasileira, controlada pela Multiner em parceria com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda. (“Eólica”). O Parque Eólico Alegria está localizado no município de Guamaré/RN, local em que se encontram os melhores regimes de vento do País, com média anual de ventos que excedem 8,5 metros por segundo.

Com capacidade instalada total de 151,8MW, o Parque Eólico Alegria ocupa uma área total de cerca de 1.900 hectares, localizada na Praia do Minhoto, a aproximadamente 170Km da cidade de Natal/RN. É previsto que a oferta de energia do Parque Eólico Alegria corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO₂ à atmosfera.

O Parque Eólico Alegria é composto por duas unidades, a saber: Alegria I e Alegria II. A unidade Alegria I é composta por 31 (trinta e um) aerogeradores, com potência total de 51,15 MW, enquanto a unidade Alegria II, por sua vez, é composta por 61 (sessenta e um) aerogeradores com potência total de 100,65 MW. Os 92 (noventa e dois) aerogeradores do complexo foram fabricados pela empresa dinamarquesa Vestas, considerada a maior companhia mundial produtora de turbinas de energia eólica.

Em operação desde dezembro de 2010 (Alegria I) e novembro de 2012 (Alegria II), o complexo do Parque Eólico Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), e possui contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs) com vigência de um período de cerca de 20 (vinte) anos.

A Multiner detém o controle acionário da RAESA e opera as usinas eólicas em parceria com a Eólica (na proporção 80% Multiner e 20% Eólica). Para exploração de seu portfólio, a Companhia detém autorizações outorgadas pelo órgão regulador competente, com vencimento em 2025 - RAESA e 2031 – Parque Alegria I e II.

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi assume o controle da Multiner S.A., que ainda possui o Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP”) como acionista.

O Grupo Bolognesi atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas.

O FIP detém o controle acionário da Multiner em 72% e Bolognesi/ Brasilterm 28%.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não há quaisquer pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial em nome da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui informações relevantes que não estejam abrangidas pelos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Multiner S.A (“Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica.

Objeto Social:

A Companhia tem por objeto social a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais, no país e no exterior, principalmente no setor de energia. Para atender ao objeto social da Companhia, esta poderá constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Estrutura Societária:

Informações sobre as Controladas:

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 96,04%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 91,75MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras; e

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instalada de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobrás, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A Lineal Participações S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Empresas Descontinuadas:

Termelétrica Itapebi S.A. (Itapebi – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente e a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Monte Pascoal S.A. (Monte Pascoal – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Pernambuco IV S.A. (Pernambuco IV – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada (em discussão judicial); e***

Termelétrica Termopower VI S.A. (Termopower VI – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada.***

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a celebração de contratos relevantes pela Companhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia celebrou, em 20 de abril de 2022, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) com a Eólica Administração e Participações Ltda. (“Vendedora”, sendo Vendedora e Companhia referidas conjuntamente como “Partes”), para a aquisição da totalidade das ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), de titularidade da Vendedora, correspondentes a 20% (vinte por cento) do capital social total e votante da NEO (“Aquisição”), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião ocorrida em 25 de março de 2022.

A Aquisição concretizou-se, em 25 de abril de 2022, com o pagamento do preço no valor de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), pela Companhia à Eólica, e a transferência da totalidade das ações de titularidade da Eólica para a Companhia, de modo que a NEO passou a ter a totalidade de seu capital social detido pela Companhia, a ser definida a composição acionária até a próxima Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com a legislação aplicável, não sendo necessária autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1_ Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) entende que o seu fluxo de caixa operacional em conjunto com ações a serem estruturadas e operacionalizadas nos próximos anos, é suficiente para as atuais exigências de manutenção das atividades, serviços e operação em geral, mesmo com o capital circulante líquido negativo em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$353.262 (R\$324.213 em 31 de dezembro de 2020) e consolidado de R\$412.531 (R\$381.651 em 31 de dezembro de 2020) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$1.753.006 (R\$1.723.957 em 31 de dezembro de 2020), e capital circulante líquido negativo individual de R\$32.631 (R\$27.640 em 31 de dezembro de 2020) e consolidado de R\$1.123.409 (R\$1.161.731 em 31 de dezembro de 2020), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia, já estar em tratativas para regularização de tais pendências.

A Companhia apresenta abaixo as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido	-412.531	-381.651	-276.403
Disponibilidades	108.055	121.401	102.202
Arrendamento financeiro	104.997	123.224	140.323
Empréstimos e Financiamentos	1.457.407	1.398.906	1.295.072
Debêntures	16.170	12.531	9.194
Fornecedores	161.741	227.038	229.722

(b) Estrutura de capital

A nossa estrutura de capital consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

Em milhões de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros	122%	120%	115%
Capital próprio	-22%	-20%	-15%
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	2.265.388	2.274.926	2.162.187
Patrimônio líquido (capital próprio)	-412.531	-381.651	-276.403

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Endividamento

Atualmente, a Companhia tem como base em seu endividamento Cédulas de Créditos Bancários (“CCB’s”) emitidas pela RAESA e pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) obtido pela NEO.

As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$ 1.473.577, sendo 72,1% de CCB’s (R\$ 1.062.179), 26,8% financiamento (R\$ 395.228) e 1,1% debêntures (R\$ 16.170). O custo médio ponderado do endividamento total da Companhia atualmente está em 9,3% a.a. +IGP-M.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia não possui captação de recursos por meio de contratos financeiros e entende que o seu fluxo de caixa operacional é suficiente para a manutenção do seu capital de giro e atuais exigências de manutenção das atividades operacionais, serviços e investimentos em geral.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que em função de sua geração de caixa atual, tem recursos suficientes para cumprir com as obrigações operacionais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Empréstimos/financiamentos e debêntures

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A controlada direta NEO deve divulgar anualmente o ICSD bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2021, a NEO estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas IV, Termopower V, Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e,
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630 mil.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Principais alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela abaixo contém informações extraídas do Balanço Patrimonial da Companhia levantados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	108.055	121.401	102.202	-11,0%
Contas a receber	66.411	57.156	57.549	16,2%
Tributos a recuperar	15.530	41.911	44.444	-62,9%
Arrendamento	19.228	18.228	17.090	5,5%
Estoque	21.004	29.245	24.307	-28,2%
Adiantamentos a fornecedores	427	4.815	4.903	-91,1%
Outros créditos	7.183	6.421	9.824	11,9%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	237.838	279.177	260.319	-14,8%
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a recuperar	113.082	82.417	90.267	37,2%
Arrendamento	85.769	104.996	123.233	-18,3%
Contas a receber	-	-	19.816	0,0%
Depósitos judiciais	210	235	220	-10,6%
Partes relacionadas	449.279	449.279	449.279	0,0%
Outros créditos	2.757	12.879	3.101	-78,6%
Depósitos vinculados	115.845	107.467	105.067	7,8%
Intangível	89.494	99.434	109.470	-10,0%
Imobilizado	738.272	736.588	704.504	0,2%
Ativo de direito de uso	16.936	16.475	16.180	2,8%
Propriedades para investimento	3.375	4.328	4.328	-22,0%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.615.019	1.614.098	1.625.465	0,1%
TOTAL DO ATIVO	1.852.857	1.893.275	1.885.784	-2,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	2021	2020	2019	Variação 2021/2020
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	851.203	742.697	859.244	14,6%
Debêntures	16.170	12.531	9.194	29,0%
Fornecedores	32.976	227.038	229.722	-85,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	1.906	1.958	1.719	-2,7%
Obrigações tributárias	8.689	7.542	8.282	15,2%
Passivo de arrendamento	1.205	1.345	974	-10,4%
Partes relacionadas	391.284	391.284	391.283	0,0%
Outras obrigações	57.814	56.513	69.423	2,3%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.361.247	1.440.908	1.569.841	-5,5%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	606.204	656.209	435.828	-7,6%
Fornecedores	128.765	-	-	100,0%
Obrigações tributárias	1.941	3.627	5.336	-46,5%
Impostos diferidos	37.599	41.286	44.973	-8,9%
Provisão para demandas judiciais	55.643	20.962	4.674	165,4%
Provisão para desmobilização de ativos	35.626	30.242	27.211	17,8%
Outras obrigações	10.695	56.000	49.247	-80,9%
Passivo de arrendamento	18.491	16.516	15.901	12,0%
Provisão para perda de investimentos	9.177	9.176	9.176	0,0%
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	904.141	834.018	592.346	8,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	855.828	855.828	855.828	0,0%
Reserva de capital	543.916	543.916	543.916	0,0%
Prejuízos acumulados	(1.753.006)	(1.723.957)	(1.632.681)	1,7%
Acionistas não controladores	(59.269)	(57.438)	(43.466)	3,2%
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(412.531)	(381.651)	(276.403)	8,1%
TOTAL DO PASSIVO	1.852.857	1.893.275	1.885.784	-2,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanços Patrimoniais em 2021 e 2020

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa - A redução foi devido aos pagamentos realizados nos montantes de R\$20.000 referente ao acordo da Vibra/BR com a controlada RAESA.

Tributos a recuperar - Reclassificação dos tributos a recuperar para o não circulante em função do planejamento de utilização dos créditos.

Estoque - Redução pelo reconhecimento pela provisão de perdas de estoque de peças obsoletas em decorrência da conversão de 100% dos motores para gás natural.

Adiantamento a fornecedores – Redução pela realização do projeto de conversão dos motores para 100% a gás da controlada RAESA.

Ativo Não Circulante

Arrendamento mercantil - Redução ocorreu em função da amortização do leasing financeiro da controlada indireta RAESA.

Tributos a recuperar – Aumento devido ao reconhecimento contábil do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, acrescidos de atualização pela SELIC nos montantes de R\$ 17.564

Outros créditos - Redução devido a conclusão a liquidação da dívida Caterpillar. Mais o adiantamento para futuro aumento de capital que foi realizado no período. E a realização de projetos de P&D.

Depósitos vinculados - Aumento pela composição de conta reserva Daycoval, R\$ 8.431, conforme contrato de fornecimento das pás com a Vestas.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos - Variação relacionadas as CCB's, , ocorrido principalmente pelo aumento do IGPM o que gera aumento significativo no reconhecimento de juros e multas, atrelado ao stand still junto a credores da controlada Raesa.

Debêntures - Aumento pela variação da atualização monetária sobre as debêntures

Fornecedores - Reclassificação para não circulante, em decorrência a curva de amortização dos pagamentos do contrato com a Vibra na controlada RAESA.

Passivo de arrendamento - Variação maior devido ao reflexo da remensuração dos contratos de aluguéis de imóveis na Multiner e os terrenos da investida NEO.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos - Variação principal impactada pela reclassificação para circulante, reflexo dos pagamentos realizados ao BNB (NEO), que em 2020 obteve a suspensão dos pagamentos em decorrência a situação de Calamidade Pública do estado do Rio Grande do Norte decretada devido a pandemia do COVID-19.

Fornecedores - Reclassificação do circulante, em decorrência a curva de amortização dos pagamentos do contrato com a Vibra na controlada RAESA, no geral fornecedores apresentou uma redução de R\$ 65.297 e a principal está relacionada ao desconto obtido com a Vibra.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para demandas judiciais – Aumento pelo reconhecimento de procedimento arbitral proposto pela Tecmon em face da Multiner S.A. e outras, em função da rescisão dos respectivos contratos de empreitada (EPC), R\$ 29.258 e R\$ 3.004 decorrente da correção dos valores levantados junto a CCEE pela Energética Comercializadora na controlada NEO

Outras obrigações – Reduções principais relacionadas (i) Acordo da controlada Itapebi celebrada com o fornecedor Caterpillar e a dívida vincenda foi liquidada pelo montante de R\$ 24.059 obtendo um desconto de R\$ 9.365 e (ii) redução dos pagamentos de glosa do faturamento por desempenho de geração de energia da controlada NEO R\$ 6.307.

Balancos Patrimoniais em 2020 e 2019

Ativo Circulante

Caixa - Aumento de caixa devido ao aumento do faturamento relacionado com menos glosa, recebimento de partes relacionadas, recebimento do acordo do CCC (combustível) e recebimento de sinistros devido a quebra dos motores.

Contas a receber - O principal reflexo para redução do período deu-se pelo recebimento do parcelamento do acordo do reembolso CCC Eletrobrás x RAESA.

Adiantamentos a fornecedores - O principal reflexo pela redução de saldo de adiantamento a fornecedores internacionais da investida RAESA e devido a conversão dos motores não houve a necessidade de adiantamentos para compra de peças.

Ativo Não Circulante

Tributos a recuperar - A redução teve reflexo na controlada NEO pelo recebimento em caixa do saldo negativo IR e CSSL e compensação de PIS e COFINS.

Arrendamento mercantil - Redução ocorreu em função da amortização do leasing financeiro da controlada indireta RAESA.

Direito de uso / arrendamento mercantil - Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do direito de uso sobre a locação de imóveis. Sendo o passivo compromisso de pagamento a contrapartida deste direito.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Debêntures - Aumento pela variação da atualização monetária sobre as debêntures

Obrigações tributárias - Redução pela baixa dos passivos de IOF e devido as reconciliações da consolidação do PRT e do parcelamento.

Arrendamento mercantil a pagar – Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do passivo circulante a pagar pelo reconhecimento de locação de imóveis.

Passivo Não Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações tributárias - Aumento de passivo pelas reconciliações de impostos PERT, referindo-se ao parcelamento ordinário de tributos da controlada NEO.

Provisão para contingências – Reduziu devido ao estorno de provisão da empresa Jole na controlada Pernambuco IV.

Arrendamento mercantil a pagar – Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do passivo não circulante a pagar pelo reconhecimento de locação de imóveis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Demonstração do resultado do exercício	2021	2020	2019	Variação 2021/2020
Receitas	227.569	174.619	139.320	30,3%
Custos das vendas e dos serviços	(144.886)	(128.659)	(139.023)	12,6%
Lucro Bruto	82.683	45.960	297	79,9%
Gerais e administrativas	(78.327)	(31.644)	(40.817)	147,5%
Outras receitas (despesas)	28.565	12.190	22.592	134,3%
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	796	-100,0%
Despesas e Receitas operacionais	(49.763)	(19.454)	(17.429)	155,8%
Resultado antes do resultado financeiro	32.920	26.506	(17.132)	24,2%
Despesas financeiras	(267.922)	(232.803)	(139.132)	15,1%
Receitas financeiras	211.260	100.534	126.105	110,1%
Resultado antes dos tributos	(23.742)	(105.763)	(30.159)	-77,6%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.825)	(8.170)	(8.597)	32,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.687	3.687	(727)	0,0%
Incentivos fiscais (Sudene)	-	4.997	-	-100,0%
Resultado líquido do exercício	(30.880)	(105.249)	(39.483)	-70,7%

Resultados operacionais em 2021 e 2020

Receita operacional líquida

Varição positiva devido a atualização anual dos contratos de venda de energia. Houve também, menor impacto ao período anterior referente a glosa pela indisponibilidade de geração devido ao comportamento dos ventos em certo volume de geradores na controlada NEO.

Custo operacional

Principais aumentos concentrados em: (i) Custos de operação e manutenção pela correção monetária do contrato de O&M da NEO devido ao envelhecimento natural dos equipamentos e custos de serviços e peças de reparo das pás, totalizando R\$ 8.679, (ii) reajuste salarial, encargos e benefícios pelo INPC de 5,45%, sendo no ano anterior 4,52%, ocasionando impacto de R\$ 3.893 e (iii) custos com desmobilização de aluguéis de tanques de armazenamento de óleo combustível da controlada Raesa. R\$ 3.000 devido a conversão para 100% gás natural dos motores.

Despesas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aumento das despesas administrativas ocorreu devido a provisão de contingências relacionadas: (i) controladora R\$ 29.398 do procedimento arbitral, proposto pela Tecmon em face da Multiner, devido pela prestação de serviços para as Termelétricas Termopower V e Termopower VI que foram interrompidas em decorrência da revogação das outorgas e (ii) R\$ 3.004 referente ao processo da controladora NEO de natureza regulatória discutido em esfera judicial referente a transação de compra e venda de energia com a empresa Energética

As outras receitas / (despesas) operacionais tiveram uma redução em 2021, principalmente pela receita de sub-rogação obtida nos montantes de R\$ 25.096, decorrente a troca dos motores para 100% gás natural, em contrapartida a Companhia reconheceu provisão de perdas de estoques obsoletos (R\$10.057) e receita de atualização monetária ao indébito tributário, as variações estão relacionadas a controlada Raesa.

Adicionalmente, também tivemos em 2021 a reversão de perdas dos ativos avaliados nas controladas Itapebi e Monte Pascoal nos montantes de R\$ 3.512 conforme laudos.

Resultado financeiro líquido

Aumento na variação das despesas financeiras, principalmente, na controlada Raesa pelo acréscimo de R\$ 39.1821 referente a variação monetária e juros para o período em virtude do aumento do IGPM pelas atualizações de saldo devedor das dívidas.

Nas receitas financeiras, obtivemos um resultado superior ao exercício anterior, principalmente: (i) bônus adimplência R\$ 7.259 com a retomada dos pagamentos ao BNB da controlada NEO que estavam congelados pelos efeitos da Pandemia no novo Coronavírus (COVID-19), devido a Portaria nº1183 de 23 de abril de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN, aliado a Resolução nº4.798, de 6 de Abril de 2020, do Banco Central do Brasil, (ii) descontos obtidos nos acordos firmados com Vibra/BR e Caterpillar, totalizando R\$ 80.341 e (iii) aumento de R\$ 20.197 da receita de arrendamento financeiro da controlada Raesa impactada principalmente pela correção contratual indexada ao IGP-M.

Imposto de renda e contribuição social

Conforme estabelecido no IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), o princípio da competência diz que se reconhecermos na contabilidade uma receita ou um lucro, a despesa com o Imposto de Renda e Contribuição Social deve ser reconhecida naquele período, mesmo que seja pagável em data futura, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de IR apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem pagos.

O Imposto de Renda ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro. Já o Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Em ambos os casos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Em 2020, no IR/CS diferido, houve variação pelo fato de em 2019 ter ocorrido a reconciliação de diferenças de prejuízo fiscal pela reconciliação do PERT/PRT. Impacto das recontabilizações da utilização de prejuízo fiscal nas controladas, sendo para NEO R\$2.910, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

No exercício de 2021, o incentivo não foi utilizado, pelo lucro ter sido gerado de sub-rogação e pelo reflexo do reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, desta forma a empresa possui lucro contábil e com os ajustes não possui lucro fiscal relacionado com o lucro da exploração.

A NEO possui o benefício fiscal SUDENE, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

A RAESA obteve em 2020 o deferimento do pedido do incentivo fiscal SUDAM, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

Resultados operacionais em 2020 e 2019

Receita operacional líquida

Variação positiva devido a atualização anual dos contratos de venda de energia. Houve também dois eventos não recorrentes, sendo, impacto negativo a glosa pela indisponibilidade temporário devido ao projeto de conversão dos motores e impacto positivo a venda de lastro de energia devido a recomposição das perdas de energia da rede básica.

Custo operacional

Redução devido as medidas de melhor utilização de caixa e recursos, sendo dois dos principais efeitos, ocorridos na controlada Raesa. (i) redução nos custos de serviços de O&M, esta redução é relacionada a internalização do contrato de manutenção com reflexos no aumento do custo de pessoal e redução no custo de serviço de terceiros ; (ii) e redução do cronograma de manutenções para o período de 2020 devido ao projeto de conversão de motores a 100% gás natural.

Despesas operacionais

A principal variação das despesas administrativas ocorreu devido ao estorno de R\$9.440 referente a provisão de contingência na controlada Pernambuco IV ocorrido no terceiro trimestre de 2019 ter

As outras receitas / (despesas) operacionais tiveram uma redução em 2020, principalmente pela indenização de seguros de ressarcimentos de sinistros dos motores da Raesa no montante de R\$16.666 que ocorreu em 2019.

Adicionalmente, também tivemos em 2019 a recuperação de despesas de impostos de importação R\$5.433 referente a pena de perdimento de equipamentos da controlada Itapebi e de valores apurados em NEO e RAESA em virtude dos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por isso, da redução da linha em 2020.

Resultado financeiro líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aumento na variação das despesas financeiras, principalmente, na controlada Raesa pelo acréscimo de R\$21.871 referente a variação monetária e juros para o período em virtude do aumento do IGPM pelas atualizações de saldo devedor e aniversário das dívidas.

Nas receitas financeiras, houve uma redução, principalmente, pelo reflexo em NEO pelo efeito da perda do bônus adimplência. Esta redução (R\$7.341) ocorreu devido ao congelamento das parcelas de maio a dezembro de 2020 do financiamento BNB. Este congelamento está relacionado diretamente aos efeitos da Pandemia no novo Coronavírus (COVID-19), devido a Portaria nº1183 de 23 de abril de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN, aliado a Resolução nº4.798, de 6 de Abril de 2020, do Banco Central do Brasil. Adicionalmente, houve redução das receitas de aplicações financeiras pela redução da taxa Selic para o período (R\$3.048).

Imposto de renda e contribuição social

Conforme estabelecido no IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), o princípio da competência diz que se reconhecermos na contabilidade uma receita ou um lucro, a despesa com o Imposto de Renda e Contribuição Social deve ser reconhecida naquele período, mesmo que seja pagável em data futura, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de IR apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem pagos.

O Imposto de Renda ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro. Já o Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Em ambos os casos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Em 2019 o imposto corrente do período teve uma variação que se deu principalmente pelo resultado superior das controladas NEO e RAESA para o exercício de 2019. Na linha do imposto diferido a variação foi o impacto das reconciliações da utilização de prejuízo fiscal do PERT/PRT, sendo para NEO R\$2.910, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

Em 2020, no IR/CS diferido, houve variação pelo fato de em 2019 ter ocorrido a reconciliação de diferenças de prejuízo fiscal pela reconciliação do PERT/PRT. Impacto das recontabilizações da utilização de prejuízo fiscal nas controladas, sendo para NEO R\$2.910, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

A NEO possui o benefício fiscal SUDENE, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

A RAESA obteve em 2020 o deferimento do pedido do incentivo fiscal SUDAM, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

~~10. Comentários dos diretores~~ 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2021

Atualmente a Companhia possui dois ativos em operação, com 243,55 MW de capacidade total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica, sendo 91,75 MW em RAESA e 151,80 em NEO.

Em **RAESA**, no período acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 a geração média foi de 66,0 MW médios, sendo entregue 101,5% da obrigação contratual. Reforçando o ótimo desempenho operacional, no qual mesmo com a paralização de quatro unidades geradoras no decorrer do ano de 2021 para a realização da conversão dos motores para operar 100% a gás natural, foi possível cumprir com a totalidade do contrato. A conversão do quinto e último motor a sofrer o processo de conversão foi concluído em setembro de 2021.

Atualmente a usina possui 05 motores Wärtsilä W18V50SG novos, pois a contagem de horas em operação iniciou novamente do zero, assim como os motores novos que são entregues diretamente da fábrica. Houve uma melhora significativa na performance dos motores, os quais estão entregando a nova potência instalada de 18,35 MW cada um (antes a potência instalada era de 17,08 MW). Desta forma a potência total instalada da usina passou de 85,38MW para 91,75MW. O referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, assegurando de forma eficaz os controles das manutenções em meio à crise sanitária em função da COVID-19. Cabe destaque para o ano de 2021, no qual a UTE Cristiano Rocha entregou a maior geração anual da sua história, alcançando a marca de 578,14GWh, superando desta forma o ano de 2019 (até então a maior geração histórica).

Em **NEO**, no período acumulado de janeiro a dezembro de 2021 a geração acumulada do complexo Alegria foi de 39,5 MW médios, superior em 5,5% quando comparado ao mesmo período de 2020 quando apresentou 37,4 MW médios. Sendo o parque Alegria I responsável pela geração de 14,5 MW médios e o parque Alegria II responsável por 25,0 MW médios. Sendo superior ao mesmo período do ano anterior em 9,9% e 3,1% respectivamente.

A geração do complexo Alegria foi inferior em 9,5%, ou 4,1 MW médio comparado à curva DEWI (Instituto Alemão de Energia Eólica), a qual representa a geração esperada para o parque eólico Alegria, considerando o projeto, modelo de turbinas e dados históricos dos ventos por período.

No período acumulado de doze meses a receita operacional líquida totalizou R\$ 227.569 mil sendo 30% superior ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 174.619 mil, a melhora é decorrente do reajuste tarifário médios dos quatro contratos junto a Eletrobrás (+31,4%), e melhora da geração da RAESA devido a conclusão da conversão dos motores para 100% a gás natural. A receita operacional líquida da Companhia fechou o ano de 2021 em R\$ 227.560 mil, sendo a NEO responsável por 86,9% (R\$ 197.807 mil) e a RAESA com 13,1% (R\$ 29.762 mil).

Os custos operacionais no período acumulado doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, ficaram maiores em 13%, sendo em 2021 (R\$ 144.886 mil) comparado com 2020 (R\$ 128.659 mil).

O lucro bruto no período acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 82.683 mil, superior em R\$ 36.723 mil comparado ao mesmo período do ano anterior quando obteve lucro bruto de R\$ 45.960 mil. O principal efeito positivo diz respeito a melhora nas receitas operacionais devido aos reajustes tarifários da NEO e RAESA, e maior geração de energia em RAESA.

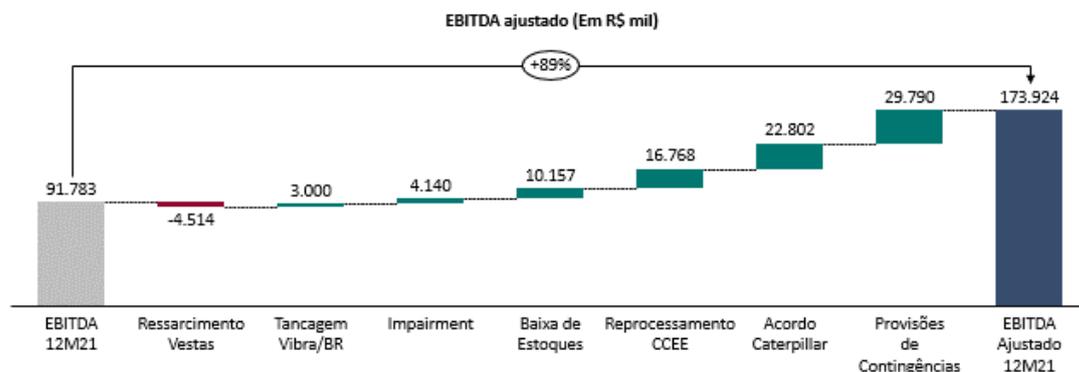
O **EBITDA** no acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 91.783 mil, apresentando valor superior em 13% (R\$ 10.726 mil), quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 81.057 mil).

Para melhor abordagem do tema, conceitualmente o EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, medindo com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

Neste contexto o EBITDA além de não considerar o resultado financeiro, tributos, amortização e depreciação dos ativos e o arrendamento financeiro, a Companhia fez o exercício pró-forma para eliminar efeitos não recorrentes impactantes no resultado de 2021, como:

- i. Recebimento de receita referente ao ressarcimento pela Vestas por descumprimento de disponibilidade contratual das máquinas (R\$ 4.514 mil);
- ii. Provisões contingenciais (R\$ 29.790 mil);
- iii. Acordo firmado com a Caterpillar referente a quitação de equipamentos (R\$ 22.802 mil);
- iv. Reprocessamento CCEE (R\$ 16.768 mil);
- v. Baixa de peças em estoque que se tornaram obsoletas após conversão dos motores da RAESA para 100% a gás natural (R\$ 10.157 mil);
- vi. Reavaliação (Impairment) dos ativos não operacionais da Multiner (R\$ 4.140 mil);
- vii. Acordo firmado com a Vibra/BR referente a desmobilização da tancagem (R\$ 3.000 mil);

No período acumulado de doze meses, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 173.924 mil, superior em R\$ 65.607 mil quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 108.316 mil).



Conforme comentado anteriormente os principais aspectos positivos no resultado operacional, foram os aumentos das receitas operacionais líquidas resultante dos reajustes tarifários e o controle dos custos operacionais, além do enquadramento de RAESA na Resolução Autorizativa nº 8.924 na sub-rogação (R\$ 25.096 mil) dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC Isol., relativo à

conversão de combustível dos motores da UTE Cristiano Rocha que proporcionaram a redução do dispêndio referente aos reembolsos de consumo de óleo combustível de geração de energia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2020

A principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O portfólio atualmente da Companhia tem capacidade instalada própria de 237,18 MW, distribuída em 3 unidades geradoras em operação, sendo uma termelétrica (“A RAESA”) e dois parques eólicos (“A NEO”).

Iniciando por RAESA, durante 2020 a geração média foi de 64,9 MW, sendo entregue 99,9% face a obrigação contratual de 65 MW. Tal performance permitiu ser entregue quase a totalidade da energia contratada, inferior em apenas 0,1% mesmo com a paralização da primeira unidade geradora para realização do projeto de conversão.

O referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, a qual organizou de forma eficaz os controles das manutenções preventivas nos motores, evitando manutenções corretivas que ocasionariam paradas dos motores e, por consequência, perda de geração.

Para a NEO, durante o período acumulado de janeiro a dezembro de 2020, a geração do Complexo Alegria foi de 37,5 MW médios, sendo superior em 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O parque Alegria I, no período acumulado de doze meses, gerou 13,25 MW médios, sendo superior em 2,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12,9 MW médios). Já o parque Alegria II no período acumulado de doze meses gerou 24,3 MW médios, se mantendo estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior (24,4 MW médios).

A geração fechou menor em 14%, em relação à obrigação contratual do PROINFA (43,6 MW médios), o principal fator foi a falta de ventos na região. Além de ocorrências de limitações de potência impostas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) em função de restrições em parte das linhas de transmissão e subestações no Rio Grande do Norte.

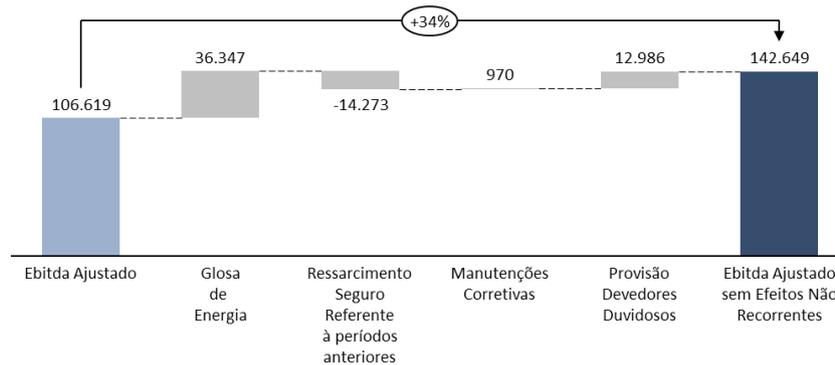
Consolidando o resultado das usinas, durante o período acumulado findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou receita operacional líquida de R\$ 174,6 milhões inferior em 25% ao mesmo período do ano anterior quando apresentou o valor de R\$ 233,7 milhões.

No acumulado de doze meses, o lucro bruto totalizou o valor de R\$ 45,9 milhões, sendo inferior em 51% ou R\$ 48,8 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 94,7 milhões. Motivo se dá devido à reclassificação de R\$73,2 milhões referente ao leasing financeiro de RAESA, atendendo às normas contábeis, sendo lançado como receita financeira, reduzindo o lucro bruto.

No mesmo parâmetro, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 106,6 milhões, sendo inferior em 31% comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 156,0 milhões. O impacto negativo deve-se à contabilização sobre o leasing financeiro (anteriormente classificado como receita operacional, para receita financeira), com isso, afetando negativamente o lucro bruto.

O gráfico abaixo representa o EBITDA ajustado desconsiderando os efeitos não recorrentes que ocorreram ao longo de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



As adições e exclusões dos efeitos não recorrentes sobre o EBITDA referem-se a:

- (i) Glosa, que refletiu negativamente no resultado devido à menor geração no período de 2020, sendo R\$ 34,8 milhões em NEO e R\$ 1,4 milhões em Raesa;
- (ii) Ressarcimento de Seguro, impacto positivo de R\$ 14,2 milhões que diz respeito à quebra nos motores em períodos anteriores em Raesa (UG2 +R\$ 4,6 milhões e UG5 +R\$ 9,5 milhões) e pelo reembolso de apólice ocorrido em Multiner (+ R\$ 6,0 milhões);
- (iii) Manutenções corretivas, impacto negativo no resultado de R\$ 0,9 milhões causado por manutenções corretivas não planejadas nos motores;
- (iv) Provisão para Devedores Duvidosos, impacto negativo no resultado de R\$ 12,9 milhões devido à constituição de PDD referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC-Isolado).

No período acumulado de doze meses de 2020 o resultado financeiro foi pior em 23% ou R\$ 24,7 milhões. O reflexo da piora no resultado financeiro deve-se à redução da receita de bônus de adimplência em R\$ 7,3 milhões, em face da suspensão das parcelas do financiamento do Banco do Nordeste (“O BNB”) de maio a dezembro de 2020, devido ao enquadramento à Portaria 1183 de 23/04/2020 a qual reconhece o estado de Calamidade pública no Estado do Rio Grande do Norte devido a COVID 19. Aliado ao aumento das despesas financeiras, que conforme mencionado anteriormente diz respeito aos juros e correções sobre os empréstimos (R\$ 7,8 milhões e R\$ 45,2 milhões respectivamente), que estão indexados ao IGP-M e este encerrou o ano de 2020 acumulado com alta de 23,14% e no ano de 2019 o índice foi encerrado com 7,3%.

No período acumulado de 2020, o resultado líquido apurado pela Companhia foi um prejuízo de R\$ 105,2 milhões, sendo pior em R\$ 65,7 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior, quando obteve prejuízo líquido do período de R\$ 39,4 milhões.

Sobre as dívidas da Companhia, tem como base do seu endividamento as CCB’s emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 1.761,4 milhões líquidos do custo de captação.

Atualmente todas as CCBs “não conversíveis” estão adimplentes e sendo pagas conforme curva vigente dos contratos e/ou aditivos, com exceção das dívidas de Prece e Postalís da RAESA, que estão sendo pagas

mensalmente através do “stand still” assinado desde 2019. A Companhia busca o acordo junto as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O endividamento com características “conversíveis” (CCB’s de Postalis e Debêntures Fundiágua) somam atualmente R\$ 391,2milhões, sendo CCB’s de Postalis R\$ 377,2milhões e Debêntures Fundiágua R\$ 14,0milhões. Estas dívidas com características “conversíveis” estão em discussão na arbitragem entre os acionistas, instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.

2019

As demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2019 apresentaram receita operacional bruta da Companhia de R\$ 333.828 milhões, quando comparado com 2018 houve aumento de 5%, ou R\$15.206 milhões.

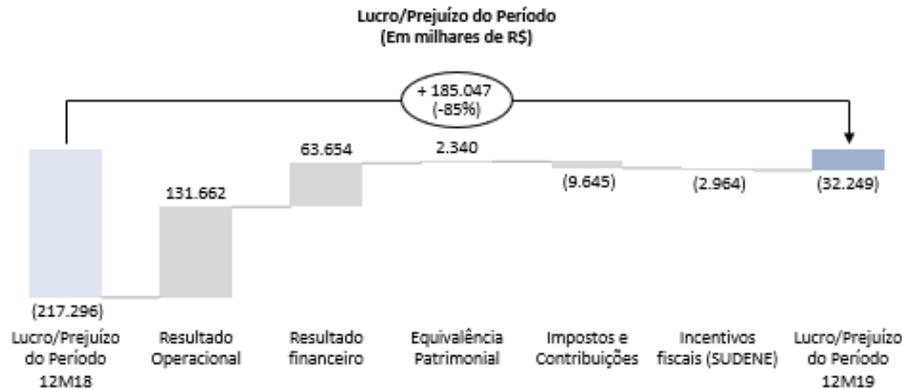
A Companhia ao longo do ano desenvolveu ações que visaram o aperfeiçoamento e estabilização da performance de suas unidades geradoras, a melhoria em seus sistemas de gestão e conformidade de suas obrigações econômico-financeiras proporcionando informações mais claras, confiáveis e estratégicas aos nossos acionistas e *stakeholders*. Por consequência, a Companhia apresentou um crescimento de sua receita operacional líquida de 23,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 44.508 milhões. Além da maior geração de energia principalmente em RAESA (melhor ano de sua geração), tivemos uma redução nas despesas administrativas e custos operacionais, principalmente em serviços de operação e manutenção, devido a aprovação pelo Conselho de Administração para celebração do contrato com a empresa Wärtsilä, para conversão dos motores de bicombustível para passarem a gerar com 100% de gás natural, assim proporcionou para a Companhia uma redução em seus custos para o segundo semestre de 2019, por conta da menor necessidade de realização de overhaul.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2019, um lucro bruto de R\$ 94.794 milhões, superior em R\$ 58.243 milhões sobre o mesmo período do ano anterior, ou 159,5 p.p. O incremento da receita operacional líquida em virtude da geração plena na RAESA foi o principal efeito para o crescimento do aumento do lucro bruto acumulado do período, de R\$ 58.243 milhões, somado à redução dos custos operacionais consolidados, em R\$ 13.735 milhões. Com isso, o EBITDA atingiu R\$145.233 milhões, também superior ao ano anterior em R\$132.070, ou 1.003% de variação. Essa melhora significativa se dá, principalmente devido à não realização de tais atividades recorrentes referentes à usina RAESA, pois foi com o processo de conversão dos motores para 100% a Gás (Atualizações do IMPULSE e WOIS), tivemos menor utilização de peças e equipamentos, óleos lubrificantes e consequentemente menores impostos de importação sobre as compras. A Companhia fechou com prejuízo de R\$ 32.249 milhões, porém com uma melhora significativa quando comparado ao ano anterior, de R\$ 217.296 milhões.

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia registrou um prejuízo líquido de R\$32.249 milhões, porém comparado ao exercício anterior, houve uma melhora expressiva. Conforme descrito nos pontos acima, a companhia possui uma significativa margem EBITDA de 66% devido principalmente à sua receita bruta sólida, além de controles que contribuem para contenção das despesas operacionais e manutenções corretivas, gerando maior eficiência, com isso reduzindo as mesmas. O prejuízo

líquido basicamente é acarretado pelos resultados financeiros no qual referem-se aos empréstimos com o BNB e o endividamento com as CCBs emitidas pela RAESA e NEO.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



2018

A Multiner passou a deter o controle da New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) a partir de novembro de 2017. Em 2018 o reflexo da consolidação da receita desta controlada foi significativo. A rubrica de venda de energia teve um aumento de R\$ 157.791 milhões em relação ao exercício anterior devido ao período de 2018 ter considerado 12 meses de receita consolidada da NEO.

Em relação aos custos operacionais, o efeito da consolidação da NEO também teve um impacto relevante. No grupo de despesas administrativas podemos citar como fator que teve impacto material no resultado foi o reconhecimento da provisão para perda de valor recuperável reconhecido para parcela dos valores a receber dos ativos de partes relacionadas devido a negociações em andamento.

Para maiores informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado da Companhia, verificar o item 10.1 (h) na parte da Demonstração do Resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2018, um prejuízo de R\$ 217.296, decorrente, principalmente, pela consolidação da NEO pela Multiner. No exercício de 2018 a Multiner teve todas as despesas do ano reconhecido na consolidação, já em 2017 foram consolidadas somente dois meses.

2017

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
A partir de novembro de 2017, a Multiner passou a deter o controle da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO). Essa obtenção de controle resultou no reconhecimento de um ganho por compra vantajosa de R\$ 66.742 e na consolidação das Demonstrações Financeiras da NEO pela Multiner.

Outro fator importante nas despesas operacionais foi a recuperação de despesas no montante de R\$ 33.573, devido despesas incorridas pelo combustível utilizado na produção de energia elétrica reembolsados via ressarcimento junto a Eletrobrás e de despesas incorridas referente ao fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha.

Para informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado da Companhia, verificar o item 10.1 (h) na parte da Demonstração do Resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2017, um lucro líquido de R\$118,121 milhões, decorrente principalmente pela variação positiva das outras despesas/receitas, a qual foi reconhecida a aquisição de controle da investida NEO, no montante de R\$66.742. Outro efeito positivo foi a recuperação de despesas de R\$33.573, devido despesas incorridas pelo combustível utilizado na produção de energia elétrica reembolsados via ressarcimento junto a Eletrobrás.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3_Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia informa que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia apresenta no último exercício social, como evento subsequente, aquisição ou alienação da parte acionária da Eólica na New Energy Options Geração de Energia S.A.

Em 25 de abril de 2022 a Companhia adquiriu a participação acionária de 20% das ações de emissão da sua controlada New Energy Options Geração de Energia S.A., de propriedade da Eólica Administração e Participações Ltda, a Companhia passa ter 100% das ações da controlada.

(c) Eventos ou operações não usuais

A Companhia informa que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Ano 2021

Não existem mudanças significativas nas práticas contábeis para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas divulgada pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Ano 2020

Não existem mudanças significativas nas práticas contábeis para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas divulgada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Ano 2019

A Companhia fez os estudos para a adoção das novas práticas contábeis, cuja vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2019. Com isto, avaliou o efeito da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos, bem como as informações quantitativas e qualitativas antes da adoção. A norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e com consequente impacto no reconhecimento de um ativo por direito de uso e um passivo por arrendamento mercantil.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma, ou seja, é facultado a adoção para contratos de arrendamento de curto prazo, que se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, para contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, ou seja, aplicar inicialmente este pronunciamento na data da aplicação inicial de acordo com os itens C7 e C13 da respectiva norma.

A Companhia efetuou a avaliação dos contratos de arrendamentos existentes e como resultado desta análise os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (37 contratos) e aluguel de imóveis (02 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado.

Adicionalmente, reconheceu os custos de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento para o período.

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos e imóveis, aplicou-se a taxa de desconto de 17,27% a.a., considerando-se como prazo para os terrenos o período de autorização e/ou concessão e para imóveis a vigência dos contratos.

Não existem outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia informa que não houveram efeitos significativos em alterações de práticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases2021

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, emitiu seu parecer referente às demonstrações financeiras de 2021, sem ressalvas e com a ênfase apresentada abaixo:

Ênfase - Operação "Greenfield"

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que informa que os investimentos indiretos mantidos na Companhia por determinados fundos de pensão são objeto de investigação conduzida pelas autoridades públicas, em decorrência da operação denominada "Greenfield". Na mesma nota, a Companhia informa que realizou investigação independente sobre o tema, conduzida por empresa especializada, e tem cumprido as condições estabelecidas pelas autoridades públicas. Considerando que a referida investigação ainda está em andamento, não é possível prever seus desdobramentos, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Segue relatório completo (se necessário):

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da

Multiner S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Multiner S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Multiner S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. e da Multiner S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivo circulante individual e consolidado excedente ao total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 32.631 mil e R\$ 1.123.409 mil, respectivamente, prejuízos acumulados individual e consolidado no montante de R\$ 1.753.006 mil e patrimônio líquido (passivo a descoberto) individual e consolidado de R\$ 353.262 mil e R\$ 412.531 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Nota 1.4 também

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

indica que a Companhia está em negociações com os credores para realizar o reperfilamento das dívidas e equacionar sua estrutura de capital. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, que trata da reorganização financeira da Companhia, a qual se encontra em processo de arbitragem e, portanto, sub judice, pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Operação “Greenfield”

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que informa que os investimentos indiretos mantidos na Companhia por determinados fundos de pensão são objeto de investigação conduzida pelas autoridades públicas, em decorrência da operação denominada "Greenfield". Na mesma nota, a Companhia informa que realizou investigação independente sobre o tema, conduzida por empresa especializada, e tem cumprido as condições estabelecidas pelas autoridades públicas. Considerando que a referida investigação ainda está em andamento, não é possível prever seus desdobramentos, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e "Ênfase - Operação Greenfield", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contrato de Reorganização e de Financiamento

Conforme divulgado na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia, firmaram em 28 de março de 2012, o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner ("Contrato de Reorganização"), com o objetivo de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Determinadas obrigações assumidas pelas partes não foram adimplidas e, em decorrência, foi instaurada uma arbitragem em 19 de dezembro de 2017 na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Arbitragem").

Ainda, conforme mencionado nas Notas 1.2 e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem contratos de dívidas, preponderantemente com os acionistas participantes do Contrato de Reorganização, os quais possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros e não financeiros), que não foram integralmente cumpridas pela Companhia durante sua vigência.

Em 1º de fevereiro de 2022, foi proferida sentença no procedimento arbitral, entretanto, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos e aguardam decisão definitiva sobre as questões que envolvem o Contrato de Reorganização.

Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude das incertezas relacionadas aos eventuais impactos da conclusão da Arbitragem na posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como da relevância da dívida, e das deficiências significativas identificadas nos controles sobre o cálculo e registro das atualizações monetárias dos contratos de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 2.1 (b)) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de monitoramento do endividamento e cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos leitura dos contratos de dívida e suas respectivas negociações, quando aplicável. Recalculamos os juros e encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos e Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de monitoramento do endividamento e cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos leitura dos contratos de dívida e suas respectivas negociações, quando aplicável. Recalculamos os juros e encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos e testamos, em bases amostrais, as captações e pagamentos ocorridos no ano. Também, obtivemos confirmação dos saldos das dívidas em aberto em 31 de dezembro de 2021 com as respectivas contrapartes das operações.

Recalculamos os índices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos *covenants*. Para as cláusulas não cumpridas, discutimos com a administração o atual estágio das renegociações em andamento. Para os casos em que não foi obtida a renúncia (*waiver*) do credor em exigir a liquidação antecipada da dívida, verificamos a adequada reclassificação da dívida para o passivo circulante.

Efetuamos leitura dos documentos relacionados ao procedimento arbitral, incluindo a sentença proferida em 1º de fevereiro de 2022.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte passiva em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui provisão para demandas judiciais nos montantes de R\$ 29.398 mil (controladora) e R\$ 55.643 mil (consolidado) para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas trabalhistas e cíveis e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Efetuamos o confronto do saldo contábil da provisão com os controles auxiliares do departamento jurídico.

Obtivemos junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, confirmação

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

dos valores e da classificação de perda utilizados pela administração da Companhia para mensuração da provisão para demandas judiciais.

Reunimo-nos com o departamento jurídico da Companhia para discussão e entendimento de selecionados processos relevantes com classificação de perda possível e provável.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Arrendamento financeiro

Conforme divulgado na Nota 4 (j) e 4.1 (iii) às demonstrações financeiras, a Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia mantido entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), parte arrendadora, e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., parte arrendatária, contém um arrendamento financeiro. Ainda, como divulgado na Nota 2.1, em 31 de dezembro de 2021, a administração procedeu ajustes retrospectivos (i) na mensuração do arrendamento a receber, devido, principalmente, a alteração na taxa de retorno utilizada para cálculo do valor presente do arrendamento a receber no reconhecimento inicial da transação, como também (ii) ajustes na apresentação da receita de juros e variação monetária, de receita operacional para o resultado financeiro.

Esse tema foi considerado como uma área de foco de nossa auditoria uma vez que o processo de classificação de um contrato como sendo de arrendamento financeiro, a definição da respectiva taxa de retorno para o cálculo do valor presente, bem como o critério adotado para reconhecimento da variação monetária do contrato envolvem julgamentos significativos da administração. Além disso, as deficiências significativas de controle identificadas no processo de mensuração e classificação da receita de arrendamentos levaram ao refazimento das cifras comparativas em 31 de dezembro de 2021.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamentos financeiros.

Também efetuamos leitura do contrato de fornecimento de energia que contém o arrendamento financeiro e recalculamos a taxa de desconto a valor presente.

Verificamos o efetivo recebimento das parcelas do contrato durante o exercício.

Avaliamos a adequação do julgamento da administração em relação a forma de reconhecimento da variação monetária do contrato em relação as normas contábeis relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na determinação do valor dos arrendamentos a receber e sua apresentação nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme descrito na Nota 2.1, os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação nas demonstrações individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, foram retificados em relação aos valores obtidos das demonstrações financeiras originalmente divulgadas, as quais foram auditadas por outro auditor.

Os valores correspondentes foram retificados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.1 (a), relacionado à reclassificação da receita de arrendamentos financeiros, e, adicionalmente, retificados pelo descrito na Nota 2.1 (b), relacionado à correção de erros na apropriação de encargos de juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. O mesmo outro auditor emitiu relatório de auditoria datado de 31 de março de 2022, sobre as informações correspondentes do exercício de 2020, sem ressalvas e com (a) ênfase relacionada à impossibilidade de prever ou antecipar desdobramentos de investigações relacionadas à Operação "Greenfield", ou seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias e (b) seção de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5_Políticas contábeis críticas

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6_Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7_ Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de Negócios

Buscando novos investimentos e crescimento organizacional, em 2021 foi finalizado a implementação da conversão dos motores Wäertsilä em RAESA, para 100% à gás natural com sucesso.

Vale ressaltar o esforço feito com estudos de viabilidade mostrando a efetividade e retorno do projeto e de fato a evolução da geração.

A conversão trouxe ótimos resultados para a RAESA e principalmente para o meio ambiente (a não queima de combustível fóssil líquido com presença de enxofre, que, combinado com a umidade do ar, gera o efeito de chuva ácida), além de que o gás natural não necessita de estocagem, eliminando despesas com frete, área física de armazenagem e manejo de combustíveis, e por fim, seus motores novos e consequentemente um custo inferior das manutenções.

Relacionado a reestruturação das dívidas, em 2021 a Companhia avançou no processo de elaboração das propostas, o qual foi apresentado aos credores (Postalís, Prece, Celos). As negociações estão em andamento, há uma expectativa por parte da Companhia que o processo se conclua em 2022. A proposta apresentada aos credores da RAESA considerou as premissas de *haircut* de 90% nas dívidas atuais gerando nova curva de pagamento até maio de 2025. Durante o processo de renegociação está vigente o Instrumento de *Stand Still* de Prece e Postalís com aditivo vigente até julho de 2022.

Na NEO, em parceria com a AdComp, vem tentando viabilizar um reparo das pás no Brasil de forma a diminuir a indisponibilidade dos aerogeradores o custo de reparo, quando comparado com a aquisição de novas pás, que também é uma opção. No mês de maio/22, testes deste do reparo desenvolvidos será iniciado em uma pá, que, havendo sucesso poderá ser implementado no Complexo Alegria.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Com relação aos financiamentos da NEO, mantem-se a manutenção dos contratos vigentes com todos os credores atuais, sendo o BNB o principal financiador dos parques e as CCBs junto as fundações contratadas entre 2007 e 2008. Todos os financiamentos estão adimplentes e sendo pagos mensalmente conforme curva de amortização contratual.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os Diretores da Companhia entendem que não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia em 2021 e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções individuais.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções individuais.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1. - Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pelo órgão que os elegeram.

O Conselho de Administração da Companhia tem a função primordial de orientação geral dos negócios e administração da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, competindo-lhe, ainda, sem prejuízo das demais competências que lhe são atribuídas por lei ou pelo estatuto social da Companhia:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (c) atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada, observado o disposto no estatuto social da Companhia;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (e) deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”);
- (f) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (g) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração da Companhia;
- (h) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (i) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão a assembleia geral;
- (j) aprovar os planos de trabalho, os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (k) avaliar e encaminhar à assembleia geral o plano quinquenal de negócios da Companhia;
- (l) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da assembleia geral;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (m) deliberar sobre aumento do capital social e sobre a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, nos limites autorizados no artigo 5º do estatuto social da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição o de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (n) aprovar e alterar a estrutura organizacional da Companhia;
- (o) aprovar a política salarial da Companhia;
- (p) fixar e alterar a divisão da remuneração global anual da administração da Companhia fixada e aprovada pela assembleia geral;
- (q) eleger o Presidente do Conselho de Administração da Companhia;
- (r) aprovar as chamadas para integralização de capital, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos; e
- (s) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

As seguintes matérias deverão ser aprovadas por pelo menos 4 (quatro) membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião do Conselho:

- (a) aprovação do plano de negócios, dos orçamentos anuais e/ou plurianuais da Companhia e de suas controladas, bem como qualquer de suas alterações;
- (b) aprovação da política salarial, bem como das remunerações dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas, compreendendo assim salários e bonificações pelo sucesso do empreendimento;
- (c) transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Companhia e qualquer das partes (e os sócios diretos ou indiretos, os parentes e afins dos sócios de qualquer das partes, bem como companhias controladas por qualquer das partes ou sob controle comum das partes) ou administradores;
- (d) criação ou aquisição de novas sociedades, pela Companhia ou por suas controladas, inclusive as exercidas por meio de sociedades de propósito específico, que não constem do plano de negócios;
- (e) participação da Companhia e de suas controladas em novos investimentos que não constem do plano de negócios;
- (f) endividamento da Companhia ou de suas controladas no exercício ou a assunção de compromissos de endividamento acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), assim como prestação de garantias pela Companhia ou por suas controladas a qualquer das controladas, exceto se tais operações encontrarem-se contempladas no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas, e no plano de negócios conforme o caso;
- (g) celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações, de valor superior a R\$

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

10.000.000,00 (dez milhões de reais), pela Companhia ou por suas controladas, exceto se este encontrar-se contemplado no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas e no plano de negócios, conforme o caso;

(h) prestação, pela Companhia ou por suas controladas a terceiros, de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros, sendo que as controladas não serão, para os fins do estatuto social da Companhia, consideradas terceiros;

(i) instrução de voto a ser proferido pelo representante da Companhia nas assembleias e reuniões de acionistas/quotistas das sociedades nas quais a Companhia tenha participação, sempre que houver previsão de quórum qualificado no estatuto social da Companhia, em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou na Lei nº 6.404/76, para deliberação sobre as respectivas matérias; e

(j) realização pela Companhia de oferta pública inicial de ações ("IPO").

Adicionalmente, os aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado e as chamadas para integralização de capital subscrito, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos, deverão ser aprovadas por unanimidade dos membros do Conselho de Administração em reunião do Conselho.

i.se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

d. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Não aplicável.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Não aplicável.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Não aplicável.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rodrigo Costa Amarante	13/07/1977	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2022	2 anos	0
283.027.818-60	Advogado	19 - Outros Diretores	15/12/2022	Sim	0%
O Sr. Lucio não exerce outros cargos e funções na Companhia		Diretor sem Designação Especifica com atribuições jurídicas			
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno	26/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	01 ano	4
248.520.578-77	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
O Sr. Rodrigo não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Chiara Sonego Bolognesi Gargano	23/06/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	01 ano	9
826.383.730-87	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
A Sra. Chiara não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Rubens José Della Volpe	04/01/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	0
963.306.438-49	Ciências econômicas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	100%
Heglehyschynton Valerio Marçal	15/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	2
589.425.301-25	Bacharel em matemática pura e aplicada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	100%
O Sr. Heglehyschynton não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Edesio Alves Nunes Filho	17/04/1962	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2022	1 ano	2
298.392.034-87	Engenheiro Mecânico	39 - Outros Conselheiros / Diretores	29/04/2022	Sim	100%
O Sr. Edésio é Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro efetivo do conselho de administração.		Conselheiro de Administração efetivo, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores			
José Luiz Petrini	03/12/1961	Conselho Fiscal	01/11/2022	1 ano	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
758.947.427-49	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	01/11/2022	Não	100%
O Sr. Jose Luiz não exerce outros cargos e funções na Companhia					
JOÃO VERNER JUENEMANN	16/02/1940	Conselho Fiscal	16/05/2022	1 ano	2
000.952.490-87	Contador	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	16/05/2022	Não	100%
Fábio Antônio Pereira	16/07/1967	Conselho Fiscal	16/05/2022	01 ano	2
105.056.268-29	Administrador	41 - Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	16/05/2022	Sim	100%
O Sr. Fábio não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Lucio Alves Filgueiras	01/08/1965	Conselho Fiscal	01/11/2022	1 ano	0
878.894.987-72	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	01/11/2022	Não	100%
O Sr. Lucio não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Eduardo Georges Chehab	14/02/1955	Conselho Fiscal	16/05/2022	1 ano	5
013.810.648-76	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	16/05/2022	Não	100%
O Sr. Eduardo não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Paulo Euclides Bonzanini	31/10/1956	Conselho Fiscal	16/05/2022	1 ano	2
709.589.718-20	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	16/05/2022	Não	100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Rodrigo Costa Amarante - 283.027.818-60

Advogado, graduado em direito pela Faculdade Integrada de Garulhos (FIG), com Especialização em Direito Bancário pela Escola Paulista de Advocacia (2006) e cursando Pós Graduação em Direito Processual Civil na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Experiência em estudo e elaboração da estratégia de atuação nas mais diversas demandas; Experiência no gerenciamento de casos junto aos escritórios terceirizados, com atividade voltada para controle, supervisão e desenvolvimento estratégico de soluções para as ações que resultem num melhor resultado para os processos da Companhia; • Experiência na elaboração e análise de contratos em geral; Experiência no gerenciamento e preparação do orçamento, bem como na preparação de apresentações de cenários, buscando sempre alternativas e práticas para o melhor resultado da Companhia; Anos de experiência profissional, com foco no consultivo, contencioso e administrativo, com uma visão estratégica da melhor saída para os conflitos, além do estudo e elaboração de pareceres jurídicos, sobre contratos, dentre outros; Coordenação do setor contencioso estratégico e contratos, incluindo o acompanhamento, supervisão e revisão dos trabalhos conduzidos pela equipe e escritórios terceirizados, além de orientação; É atualmente responsável pelo controle e acompanhamento de processos judiciais cíveis, tributários, trabalhistas, criminais e procedimentos administrativos (Ministérios Público, Órgãos Reguladores) e pela elaboração de relatórios gerenciais na Multiner S.A.; É também responsável pela elaboração e análise de contratos em geral, de alta, média e baixa complexidade, tais como contratos de aquisição, EPC, contratos de prestação de serviços, contratos de aluguel da Multiner S.A. É advogado na Multiner S.A. desde 05/2018.

Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - 248.520.578-77

Formado em Direito pela PUC-SP, com extensão em Direito Processual Civil também pela PUC-SP. Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo CEAG-FGV, MBA pela FGV-SP e Master in International Relations and Politics pela University of Bath, UK. Foi Diretor Jurídico da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, da Ecorodovias S/A, da Construtora Norberto Odebrecht S/A, da Foz do Brasil S/A, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S/A (onde também exerceu os cargos de diretor de Compliance e presidente do Comitê de Ética), e da Hidrotérmica S/A. Foi conselheiro de administração das empresas Foz de Rio Claro S/A e Aquapolo Ambiental S/A e atualmente é conselheiro de administração das empresas Multiner S/A e Mesa Participações S/A.

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - 826.383.730-87

Economista, graduada pela Universidade de Torcuato Di Tella, Buenos Aires. Como membro do conselho de administração, participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica S.A.. Atualmente é sócia administradora da Bolognesi Empreendimentos Ltda.. Integra o Conselho de Administração da Multiner S.A. e da MESA Participações S.A.. Possui experiência superior a 10 anos nos ramos imobiliário, infraestrutura e energia. É certificada como membro do Instituto Brasileiro Governança Corporativa (IBGC) desde 19/09/2019. Exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Hidrotérmica S.A. desde 10 de agosto de 2018. A Sra. Chiara declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Rubens José Della Volpe - 963.306.438-49

Graduado em Ciências Econômicas pela PUC Campinas, com especialização em Economia e Finanças pela Fundação Dom Cabral/PUC MG e, ainda, Administração Avançada pela FGV – Campinas. Possui experiência no ramo de energia, em que atuou no Grupo CPFL Energia, Holding atuando nos mercados de Distribuição, Comercialização e Geração de Energia Elétrica, ocupando cargos Gerenciais e de Diretoria. É Conselheiro de Administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Heglehyschynton Valerio Marçal - 589.425.301-25

Bacharel em Matemática Pura e Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/GO; Especialização em Equações Diferenciais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/GO; Mestrado em Economia e Finanças Universidade Católica de Brasília – UCB e Doutorado em Economia e Finanças pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Experiência profissional: O Sr Heglehyschynton integra o Conselho de Administração da Postalís - Instituto de Previdência Complementar (Dez/2019 a Atual), já integrou como membro do Conselho de Administração das Empresas: Capgemini (Jun/2017 a Fev 2019), da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (Jun/2017 a Fev 2019); Foi membro do Comitê da QUOD - Cadastro Positivo (Comitê de Negócios) (Ago/2017 a Set 2018) e da Capgemini - (Comitê de Auditoria) (Abr/2017 a Fev 2019). O Sr Heglehyschynton é Assessor Especial da Presidência na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (Correios) (2019 - Atualmente); Exerceu na Caixa Econômica Federal – CAIXA os cargos de: Diretor Executivo de Aquisições, Aliações e Participações na (CAIXA Participações S.A.) (2017 - 2019), Superintendente Nacional - Diretoria de Administração, Finanças e RI (CAIXA Seguridade) (2016 - 2017), Consultor de Dirigente - Diretoria de Novas Aquisições (CAIXAPAR) (2013 - 2016), Gerente Nacional- Superintendência Nacional de Risco Corporativo (Jan/2012 a Out/2012), Gerente Executivo - Superintendência Nacional de Planejamento Financeiro (Set/2010 a jan/2012) e Técnico Bancário Superior- Superintendência Nacional de Clientes (Mar/2005 a jan/2008). No Ministério da Fazenda exerceu a função de Assessor de Assuntos Econômicos – SEAE (Out/2012 a Out/2013). Na Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF exerceu a função de Coordenador-Macroalocação e Cenário Econômico (Economista Chefe) (Jan/2008 a Set /2010). Foi professor adjunto da IBMEC, Instituto Federal de Goiás, Universidade Católica de Brasília e por fim, serviu o Exército Brasileiro e foi Oficial de Infantaria - Exercendo a função de comandante de pelotão e de companhia em unidades militares em Goiás e Distrito Federal (Jan/1993 a jan/2001). O Sr. Heglehyschynton declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Edesio Alves Nunes Filho - 298.392.034-87

Engenheiro Mecânico, graduado pela UFBA, com mestrado em Engenharia Mecânica (UFSC) e MBA pela FGV/RJ em Gerenciamento de Empreendimentos, com larga experiência em O&M – Operação e Manutenção no setor petroquímico e de energia. Atuou no setor petroquímico na COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste S.A (BRASKEM – UNIB de Camaçari), Rio Polímeros S.A (BRASKEM – UNIB e PE de Duque de Caxias), QUATTOR (unidades de Duque de Caxias, ABC e Cubatão) e no setor elétrico nas empresas MPX S.A. e ENEVA S.A. (Unidades de Porto do Itaqui, Porto de PECÉM e Parnaíba). O Sr. Edesio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

José Luiz Petrini - 758.947.427-49

Administrador, graduado pela Universidade Estácio de Sá, certificado em Administração - ICSS Inst. Certificação Seguridade Social - 2011, 2014, 2017 e 2020. Experiência em Controle Interno (Auditoria); Coordenação de inventários de bens imóveis, apuração de haveres e obrigações financeiras, tratamento e organização de acervo documental; Planejamento Estratégico; Chefia de Gabinete (Substituto); Implantação e gestão de projetos financiados por instituições internacionais; Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira, de Riscos e Compliance; Gestão de Contratos, licitações e contratações; Relacionamento com órgãos de controle (governamentais e auditoria independente); Entidade de Previdência Complementar Fechada (membro de Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal). Ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social ("REFER") de 2007 a 2011 e de 2015 a 2019, bem como ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Deliberativo da REFER de 2011 a 2015. O Sr. José Luiz declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

JOÃO VERNER JUENEMANN - 000.952.490-87

Graduado Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCRS e em Administração de Empresas pela UFRGS; Pós-graduado em Auditoria pela UFRGS e, posteriormente, pelo IBMEC. Fundador da Juenemann & Associados Auditores e Consultores; membro do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê Especial e do Comitê de Elegibilidade e Remuneração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; membro dos Conselhos Fiscais da Petrobras Distribuidora S.A., Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, Klabin S.A., Saraiva S.A. Livreiros Editores, TIM Participações S.A.; e participou de diversos Conselhos de Administração e Fiscal de outras companhias brasileiras. O Sr. João declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29

Graduado em Administração pela FMU e em Contabilidade pela UNIP; Pós-graduado em Administração – MBA Executivo pela FGV; Graduado em Direito pela FMU. Experiência profissional: Arthur Andersen e Deloitte Touche Tohmatsu (novembro/1989 a setembro/2004); Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (Neoenergia) (setembro/2004 a outubro/2006); Gol Transportes Aéreos S.A. (novembro/2006 a setembro/2008); Gafisa S.A. (novembro/2008 a julho/2013); SBF Comércio e Indústria de Produtos Esportivos Ltda. (Lojas Centauro E-commerce) (julho/2013 a junho 2015); ID&T Brasil Eventos Ltda. (julho/2015 a junho/2016); e Fast Group (julho/2016 – atualmente). O Sr. Fábio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Lucio Alves Filgueiras - 878.894.987-72

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Castelo Branco – UCB (fevereiro/2008); Pós-graduado em Auditoria e Controladoria pela Universidade Candido Mendes (fevereiro/2009). Experiência profissional: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER (admissão fevereiro/1995), e Analista Técnico I (desde junho/2010). Ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Multiner S.A. de 09/2018 a 10/2020. O Sr. Lucio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Eduardo Georges Chehab - 013.810.648-76

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Business Administration pelo Insper. Trabalhou pouco mais de 30 anos no mercado financeiro. Foi Diretor Ajunto de Crédito no Banco ABN AMRO Real e Diretor da área de escores de governança corporativa e ratings corporativos. Atualmente membro do conselho de administração das empresas OSC Brasil e da Tonon Bioenergia, e conselheiro fiscal nas empresas Editora do Brasil e da Bioóleo. Atuando também como consultivo de empresa capital fechado, consultor na estruturação de governança corporativa e professor em cursos de pós-graduação e MBA. O Sr. Eduardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Paulo Euclides Bonzanini - 709.589.718-20

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis; MBA em Formação Geral em Administração pela FIA-USP; e Especialização em Metodologia de Ensino Superior pela FIPECAFI SP. É Conselheiro Fiscal da IRB-RE, trabalhou como Diretor Executivo do Banco Votorantim S.A.; Vice-Presidente do Banco Fibra S.A.; Diretor Geral do Grupo Segurador BB Mapfre; Presidente do Banco Bossa Nova Caixa S.A.; Diretor de Varejo do Banco do Brasil S.A.; e foi membro dos Conselhos de Administração da Cielo S.A., Alelo S.A., Baf S.A.; Conselheiro Fiscal da Embraer S.A. e Conselheiro Consultivo do BB Previdência S.A. O Sr. Paulo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Rodrigo Costa Amarante - 283.027.818-60	
---	--

N/A

Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - 248.520.578-77	
--	--

N/A

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - 826.383.730-87	
--	--

N/A

Rubens José Della Volpe - 963.306.438-49

N/A

Heglehyschynton Valerio Marçal - 589.425.301-25

N/A

Edesio Alves Nunes Filho - 298.392.034-87

N/A

José Luiz Petrini - 758.947.427-49

N/A

JOÃO VERNER JUENEMANN - 000.952.490-87

N/A

Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29

N/A

Lucio Alves Filgueiras - 878.894.987-72

N/A

Eduardo Georges Chehab - 013.810.648-76

N/A

Paulo Euclides Bonzanini - 709.589.718-20

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. - Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12. Item 12.12 REVOGADO

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	4,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	4,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	2.746.396,31	436.800,00	3.903.196,31
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.733.333,33	0,00	1.733.333,33
Descrição de outras remunerações variáveis	Sem remuneração variável para o CA.	Remuneração variável atrelada ao plano de metas.	Sem remuneração variável para o CF.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	720.000,00	4.479.729,64	436.800,00	5.636.529,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	4,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	4,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	620.000,00	1.756.122,81	310.648,00	2.686.770,81
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	129.546,97	465.586,97	38.983,92	634.117,86
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 19.918,01 IR - R\$ 109.628,96	Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 22.675,46 IR - R\$ 442.911,51	Outros: Encargos sociais (INSS) - R\$ 7.069,92 IR - R\$ 31.914,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há remunerações variáveis.	Não há remuneração variável para a diretoria em 2021.	Não há remunerações variáveis.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2018	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2018	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2018	
Total da remuneração	749.546,97	2.221.709,78	349.631,92	3.320.888,67

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

EXERCÍCIO DE 2021		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	33,10%	66,90%

EXERCÍCIO DE 2020		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	53,02%	94,05%

EXERCÍCIO DE 2019		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	43%	100%

EXERCÍCIO DE 2018		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	36,92%	100%

EXERCÍCIO DE 2017		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	33,57%	100%

EXERCÍCIO DE 2016		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	21%	79%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Bolognesi Energia S.A.					
11.664.185/0001-55	brasileira-SP	Sim	Sim	21/11/2017	
2.708.534	34,383	2	0,001	2.708.536	18,400
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
Preferencial Classe D	1	100.000			
Preferencial Classe C	1	100.000			
TOTAL	2	0.000			
Brasilterm Energia S.A.					
13.744.492/0001-71	SP	Sim	Sim	21/11/2017	
1.380.846	17,527	0	0,000	1.380.846	9,380
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia						
10.381.075/0001-13	Brasileira-RJ	Não	Não	21/11/2017		
3.788.360	48,090	6.843.555	99,999	10.631.915	72,220	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
Preferencial Classe B	6,532,211	100.000				
Preferencial Classe A	311,344	100.000				
TOTAL	6,843,555	100.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.877.740	100,000	6.843.557	100,000	14.721.297	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Bolognesi Energia S.A.				11.664.185/0001-55		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
13.050	0,020	0	0,000	13.050	0,020	
Ronaldo Marcelio Bolognesi						
008.006.600-30	Brasileiro-RS	Sim	Sim			
67.496.505	99,980	0	0,000	67.496.505	99,980	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
67.509.555	100,000	0	0,000	67.509.555	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Brasilterm Energia S.A.				13.744.492/0001-71		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Hidrotérmica S.A.						
02.281.472/0001-95	brasileira-SP	Não	Sim	29/09/2021		
40.010.000	100,000	0	0,000	40.010.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
40.010.000	100,000	0	0,000	40.010.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Hidrotérmica S.A.				02.281.472/0001-95		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Bolognesi Energia S.A.						
11.664.185/0001-55	brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2021		
205.285.358	78,670	0	0,000	205.285.358	78,670	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
55.659.549	21,330	0	0,000	55.659.549	21,330	
TOTAL						
260.944.907	100,000	0	0,000	260.944.907	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Bolognesi Energia S.A.				11.664.185/0001-55		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
13.050	0,020	0	0,000	13.050	0,020	
Ronaldo Marcelio Bolognesi						
008.006.600-30	brasileira-RS	Não	Sim			
67.496.505	99,980	0	0,000	67.496.505	99,980	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
67.509.555	100,000	0	0,000	67.509.555	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	21/11/2017
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	2
Quantidade investidores institucionais Unidade	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	7.877.740	53,513%
Quantidade preferenciais Unidade	6.843.557	46,487%
Preferencial Classe A	311.344	100,000000%
Preferencial Classe B	6.532.211	100,000000%
Preferencial Classe C	1	100,000000%
Preferencial Classe D	1	100,000000%
Total	14.721.297	100,000%



Multiner S.A.
CNPJ:08.935.054/0001-50

Bolognesi Energia S.A.	34,38% ON / 0,01% PN
FIP Multiner	48,09% ON / 99,99% PN
Brasilterm Energia	17,53% ON / 0% PN

Total de ações (ON+PN)

Bolognesi Energia S.A.	18,40%
FIP Multiner	72,22%
Brasilterm Energia	09,38%

2007 Participações S.A.
CNPJ:07.202.952/0001-37

Multiner S.A.	96,04%
Radesca Part. Empresariais	02,97%
JABR	00,66%
José Carlos de Paula Magalhães	00,33%

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)
CNPJ:07.386.098/0001-06

2007 Participações S.A.	99,99998%
Carlos Henrique Figueiredo	(uma ação)
Jorge Amílcar Boueri da Rocha	(uma ação)
Jefferson Chaves Isola	(uma ação)

New Energy Options Ger.de Energia S.A.
CNPJ:04.245.220/0001-36

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

**** Parque Eólico Alegria I**
New Energy Options Ger.de Energia S.A.

**** Parque Eólico Alegria II**
New Energy Options Ger.de Energia S.A.

Companhia Energética Uruguai S.A. -CEU
CNPJ:10.511.661/0001-35

Multiner S.A.	71,00%
SOG Oleo e Gás S.A.	15,00%
Estelar Eng.Assoc.Ltda	14,00%

Consórcio Pernambuco IV S.A.
CNPJ:10.512.219/0001-23

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Consórcio TP V S.A.
CNPJ:10.502.688/0001-61

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Consórcio TP VI S.A.
CNPJ:10.502.721/0001-53

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Termelétrica Itapebi S.A
CNPJ:09.093.822/0001-39

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Termelétrica Monte Pascoal S.A.
CNPJ:09.093.859/0001-67

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Termelétrica Termopower V S.A.
CNPJ:10.502.717/0001-95

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Termelétrica Termopower VI S.A.
CNPJ:10.502.707/0001-50

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Termelétrica PernambucoIV S.A.
CNPJ:10.502.699/0001-41

Multiner S.A.	100,00%
---------------	---------

Brasilterm Energia S.A.
CNPJ:13.744.492/0001-71

Hidrotérmica S.A.	100,00%
-------------------	---------

Hidrotérmica S.A.
CNPJ:02.281.472/0001-95

Bolognesi Energia SA
FI - FGTS

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para a Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Central Energética Palmeiras S.A.	31/12/2021	65.157.794,86	65157794,86	65157794,86	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Rio Amazonas Energia S.A.	31/12/2021	12.722.746,89	12722746,89	12722746,89	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Mútuo/Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros 105% CDI (parcela mútuo).						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Eólica Administração e Participações Ltda.	31/12/2021	95.949.089,12	95949089,12	95949089,12	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: SELIC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bolognesi Energia S.A.	31/12/2021	278.323.312,65	278323312,65	278323312,65	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar	31/12/2021	14.066.889,44	14066889,44	14066889,44	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Debêntures						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	IGP-M						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rio Amazonas Energia S.A.	31/12/2021	618.981,36	618981,36	618981,36	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Sem taxa de juros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
New Energy Options Geração de Energia S.A.	31/12/2021	12.999.598,43	12999598,43	12999598,43	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	CCBs/Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Sem taxa de juros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Energética Uruguai - CEU	31/12/2021	19.256.349,44	19256349,44	19256349,44	Indeterminado	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bolognesi Energia S.A.	31/12/2021	46.293.720,86	46293720,86	46293720,86	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Termelétrica Pernambuco III S.A.	31/12/2021	33.126.364,01	33126364,01	33126364,01	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
2007 Participações S.A.	31/12/2021	101.942,97	101942,97	101942,97	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

A decisão referente a todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo estatuto social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo matérias sob análise de algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese de a Companhia pretender celebrar operações e negócios com partes relacionadas, devem ser observadas políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia. O tema Conflito de Interesses e Relacionamento entre Partes Interessadas é objeto do Código de Ética da Companhia. A área de Compliance está desenvolvendo uma política específica sobre Conflito de Interesses acrescida de um documento denominado “Declaração de Conflito de Interesses” que será preenchido e assinado pelos colaboradores da Companhia. A expectativa é que esse trabalho esteja implementado ao final do primeiro trimestre de 2022.

Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, que representam, verifica-se que ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, estando estas operações de mútuos sujeitas aos encargos financeiros descritos acima.

Cumprе ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Conforme elucidado no item acima, ao realizar operações e negócios com partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido a tratativas para fins de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, dado que tais saldos se encontram em processos de negociações, trazendo incertezas sobre a sua realização.

Não obstante essas informações, a Companhia resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros, conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
21/11/2017	855.827.579,38		7.877.740	6.843.557	14.721.297
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações Unidade	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	311.344				
Preferencial Classe B	6.532.211				
Preferencial Classe C	1				
Preferencial Classe D	1				

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários descritos no item 18.5 deste formulário de referência.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia não são admitidas à negociação.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia, por si ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não efetuou ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia não possui plano de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é facultativa.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.